

Arquivos e Museus Municipais: Contributos para a Definição de Políticas, Estratégias e Metodologias de Cooperação

Maria Inês Cabral de Oliveira Bueso

Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação

Setembro de 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística
realizado sob:

Orientação Científica:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientador:

Dr. João Vieira

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração deste trabalho gostaria de agradecer em especial ao meu marido e às minhas colegas e amigas Patrícia Matias, Vanessa Pires e Clara Sá pela crítica construtiva que elaboraram nas várias fases de construção deste trabalho e pela detalhada revisão de textos.

Esta dissertação não teria tomado esta forma não fosse a preciosa ajuda e abertura do Dr. João Henriques, responsável pelo Arquivo Municipal de Cascais e da Dra. Assunção Júdice, responsável pelos Centros de Documentação dos Museus Municipais de Cascais.

Deixo um especial agradecimento igualmente ao Dr. João Vieira e à Doutora Lurdes Rosa, pela orientação deste trabalho.

ARQUIVOS E MUSEUS MUNICIPAIS - CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE COOPERAÇÃO

MARIA INÊS CABRAL DE OLIVEIRA BUESO

RESUMO

Esta dissertação apresenta o arquivo e o museu como fontes de informação cultural essenciais à formação da identidade colectiva e individual e como agentes de salvaguarda do património local.

Tendo por base uma reflexão sobre a vivência comunitária e o papel destas instituições na sua formação, pretende-se enunciar propostas de cooperação e parceria para a arquivística e museologia ao nível municipal.

Para a análise desta problemática foram observados diversos regulamentos de organização dos serviços municipais nacionais, guias de boas práticas para ambas as áreas e normas internacionais de descrição, não obstante a inexistência de documentação aprofundada sobre a matéria em estudo.

Com a elaboração de recomendações estratégicas demonstra-se ser viável a partilha de recursos, gestão de colecções e a criação de uma inventariação unificada, que permitirão uma conservação mais sustentável de colecções, maior eficiência na gestão de recursos e uma divulgação mais profunda dos seus serviços.

PALAVRAS-CHAVE: parceria, museologia, arquivística, ciências da informação, inventariação, catalogação, identidade, estratégia integrada.

ABSTRACT

This thesis presents the archive and museum as not only sources of cultural information with vital importance to the formation of collective and individual identity but also agents for the safeguard of local heritage.

Based on a reflection on the community experience and the role of these institutions in their development, one intends to formulate cooperation and partnership proposals for both archival and museum activities at the municipal level.

For the analysis of this case several regulations for the organization of municipal services were observed, as well as national guides to good practice on both areas and international standards of description, despite the lack of detailed documentation on the subject under study.

With the development of strategic recommendations resource sharing, collection management and the creation of a unified inventory are presented as feasible areas, which will enable a more sustainable conservation of collections, more efficient management of resources and a deeper services promotion.

KEYWORDS: partnership, museums, archives, information science, cataloging, inventory, identity, integrated strategy.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. IDENTIDADE, MEMÓRIA E VIVÊNCIA COMUNITÁRIA.....	8
3. A VIDA COMUNITÁRIA E A COMPONENTE ASSOCIATIVA EM CASCAIS 18	
4. A MATERIALIZAÇÃO DOS VALORES MUSEOLÓGICOS E ARQUIVÍSTICOS NO CORPO LEGISLATIVO.....	23
5. DISCURSOS GESTIONÁRIOS – SERVIÇOS DE ARQUIVO E MUSEOLOGIA	29
6. PARCERIA ESTRATÉGICA ARQUIVO – MUSEU	37
A) CRIAÇÃO DE INVENTÁRIOS E CATÁLOGOS	46
B) AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÕES.....	58
C) ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO COMUNS	60
A) CONTACTO COM A POPULAÇÃO LOCAL.....	62
B) GESTÃO DE INFORMAÇÃO DIGITAL.....	63
C) DIVULGAÇÃO DE COLECÇÕES E ACERVOS.....	65
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1. INTRODUÇÃO

No actual contexto de desenvolvimento tecnológico e metodológico dos espaços museológicos e, paralelamente dos arquivos históricos, é certo que ambas as entidades, pela sua missão e fontes documentais, possuem condições especiais para a formação de estratégias de cooperação, sobre as quais importa reflectir.

Arquivos e museus constituem espaços privilegiados de estudo, preservação e defesa da memória histórica de um país, região ou comunidade, manifestando uma função social indissociável na promoção da educação e cultura de um determinado local, podendo reforçar-se mutuamente neste papel.

O arquivo histórico apresenta-se primeiramente como uma fonte essencial de informação, nomeadamente para os museus municipais, cuja ligação territorial partilham com o arquivo. O mesmo poder-se-á afirmar relativamente ao museu, cujo património se afigura como uma rica fonte documental para o arquivo que com ele partilha a História.

Assim, tendo em consideração o contexto existente, pretende-se relacionar os arquivos e museus como agentes de salvaguarda e valorização do património ao nível municipal, efectuar um diagnóstico nacional e municipal versando sobre aspectos legais e de gestão de ambas as ciências, reconhecendo paralelamente o seu papel na sociedade da informação.

Por fim, e tendo em conta o objectivo final de formulação de políticas e estratégias de cooperação, a mesma terá como objecto o município de Cascais e versará sobre as temáticas referentes ao desenvolvimento de colecções, acções de conservação, contacto com a população local, gestão de informação digital, divulgação de colecções e, com maior destaque, sobre a inventariação.

2. IDENTIDADE, MEMÓRIA E VIVÊNCIA COMUNITÁRIA

Compreender o património material e imaterial que nos rodeia, e consequentemente as funções intrínsecas aos museus e arquivos, obriga a um conhecimento e reflexão sobre os seus fundamentos, o espaço geográfico no qual assenta e os seus pressupostos, morais, políticos e económicos.

Conhecer a sociedade que lhe está na base implica mais do que conhecer o somatório dos indivíduos que a compõem. Sem desprezo pela influência do ambiente físico existente em cada sociedade, é preciso conhecer as relações estabelecidas entre esta e os indivíduos, as necessidades e características de cada um, o seu trabalho exercido no conjunto da comunidade onde se insere e a forma como esta relação de interdependência o diferencia de outras sociedades ou vivências comunitárias.

Esta análise inspira cuidados e um distanciamento próprio de uma tarefa antropológica, para obtenção de uma observação mais imparcial. Assim, procurar-se-á fugir de uma dimensão meramente estática, demonstrando de que forma os movimentos globais e nacionais também influenciam a área em estudo, sem esquecer a história local que também a moldou.

As sociedades, e de forma particular, a sociedade portuguesa, permanecem em continua construção, não obstante o valor de inúmeras comunidades tradicionais que a compõem, uma das quais se pretende retratar nesta dissertação, a comunidade cascaense.

Os seus ritos, comportamentos, tradições, indumentária, gastronomia ou vocabulário, que lhe são intrínsecos, distinguem-na de todas as outras.

Interessa assim, para esta pesquisa, o estudo referente às particulares desta comunidade, constituindo a base para a explicação da existência de determinado património em detrimento de outro e, consequentemente, explicando a intersecção que possa ser feita entre as diferentes tipologias patrimoniais encontradas.

Para tal há que, em primeiro lugar clarificar o que se considera por identidade. Castells define este conceito de forma sucinta caracterizando-o como sendo “a fonte de significado e experiência de um povo”¹.

Poder-se-á igualmente defini-la como “uma estrutura em mudança contínua”, gerando “diferenças intra-individuais e interindividuais”².

Sem desprezo pela parcela atribuída à identidade pessoal de cada indivíduo, importa para este trabalho reflectir sobre a dimensão cultural e colectiva deste processo.

Para a formação desta identidade importa referir o papel fulcral da memória colectiva. Esta é composta por datas, locais, nomes, correntes de pensamento e experiências, no fundo auxiliares de uma memória histórica de acontecimentos regionais ou nacionais com os quais, *a posteriori*, o ser humano procura encaixar em fases da sua vida, ainda que a sua real data de acontecimento possa não fazer sentido na sua vivência pessoal.

Sem esta memória e consequente identidade mútua seria impossível encontrar uma identificação comum entre indivíduos, bem como a formação de grupos e comunidades.

a) – **O documento e o monumento, suportes de identidade e memória**

A identidade é assim essencial à vivência em sociedade, fornecendo uma ligação coerente entre o passado, o presente e o futuro, sendo igualmente fulcral para a formação de um comportamento ajustado.

Desta memória constantemente renovada fazem parte acontecimentos, tradições, personagens, lugares, períodos temporais e associados a estes, os documentos e monumentos, que acompanham o ser humano no seu percurso pessoal, recordando-o destas ocorrências e funcionando como elementos de uma memória que o inserem ou diferenciam de determinado grupo ou cultura.

Naturalmente que, sendo a memória construída sob influência social, também o seu produto o é, nomeadamente o documento. Esta sua característica obriga a

¹ CASTELLS, Manuel – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2 Vol. ISBN 972-31-1008-3.

² COSTA, Maria Emília – **Contextos Sociais de Vida e Desenvolvimento da Identidade**. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991. ISBN 972-667-225-2.

implementação de uma análise profunda ao documento histórico e não uma aceitação imediata do mesmo. Será preciso eliminar determinadas fontes, que apresentem uma natureza pouco adequada ao método que se pretende aplicar e cujos conteúdos não sejam homogêneos.

A linguagem (sempre presente no pensamento humano), sob a forma documental, expressa um passado, tradições, hábitos, vivências, sendo relevante na transferência de comportamentos entre membros de uma comunidade ou cultura.

A relevância do documento nesta formação expressa-se, nos dias de hoje, na diversidade de documentos específicos que definem a identidade de cada um, e sem os quais, perante a autoridade instituída, não existimos.

O seu valor probatório trouxe-lhe assim um lugar relevante na análise histórica, não obstante o facto de que a manutenção de um determinado documento e a eliminação de tantos outros possam alterar a interpretação dos factos históricos.

Na comunicação humana é necessário ainda observar outros signos habitualmente utilizados, nomeadamente os sons, gestos, até mesmo figuras e desenhos, objectos que poderão tomar parte de qualquer unidade museológica e cujos aspectos funcionais conferem dados relevantes sobre a organização económica e social da sua comunidade produtora.

O facto de terem feito parte de determinados acontecimentos históricos e passado pelas mãos de antigas individualidades confere-lhes um valor sentimental único e uma unicidade de impossível reprodução.

Quando esta memória colectiva já não dispõe do suporte conferido pelos membros que viveram determinados acontecimentos da sua sociedade, a manutenção destas lembranças pode ser feita não só através dos documentos e artefactos, mas também pela via monumental.

Estes monumentos foram, aquando da sua construção, objecto de críticas, comparações, apreciações, expressando modas e tendências de então. Mas o esforço de adaptação não funciona apenas no sentido criador - monumento, mas também no sentido inverso, havendo uma adaptação dos indivíduos aos monumentos que os circundam.

Começando pelas definições de documento e monumento, o glossário Harrod's Librarian's Glossary apresenta o documento como "um registo que transmite informações"³ e, no sentido arquivístico, "um componente ou entidade num conjunto de materiais de arquivo, geralmente um objecto fisicamente indivisível"⁴. Sendo um registo que fornece informações, naturalmente o documento reflecte inúmeros detalhes da relação dos homens com a sua própria história.

Ainda numa perspectiva mais tradicional, a enciclopédia Grand Larousse descreve o documento como "Pièce écrite servant d'information, de preuve"⁵. Trata-se assim da observação do documento como informação escrita que serve de prova.

Numa versão mais recente, encontra-se uma definição mais ampla que apresenta o documento como "todo o objecto elaborado pelo homem para reproduzir ou representar uma pessoa, ideia, sentimento, coisa ou facto"⁶. Encontra-se assim uma abordagem que considera já a importância da memória na construção do documento.

Já o monumento surge na enciclopédia Grand Larousse como "ouvrage d'architecture, de sculpture ou inscription destinées à perpétuer la mémoire d'un homme ou d'un événement remarquable", uma obra destinada a imortalizar a acção humana.

Tal como no caso do documento, encontra-se numa definição mais recente um amplo conceito de monumento, que vai ao encontro da intersecção que se procura caracterizar neste trabalho, sendo este definido como "obra ou construção destinada a perpetuar a memória de facto notável ou pessoa ilustre (...) documento; recordação; memória"⁷.

Nesta última definição o documento aparece já como um possível monumento em si mesmo, demonstrando a possibilidade de analisar o primeiro num patamar histórico semelhante ao segundo.

³ PRYTHERCH, Ray - **Harrod's Librarians' Glossary**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2005, p222.

⁴ PRYTHERCH, Ray - **Harrod's Librarians' Glossary**..., p222.

⁵ LAROUSSE – **Grand Larousse**. Paris: Librairie Larousse, 1987. ISBN:2-03-101332-7. 2 Vol.

⁶ CHORÃO, João, dir. lit. - **Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. 9 Vol. ISBN: 972-22-1942.

⁷ CHORÃO, João, dir. lit. - **Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura...**

Das definições apresentadas é possível igualmente concluir que, na análise do monumento, surge automaticamente uma associação com a sua vertente histórica.

Efectivamente, o conceito de arquivo não nos remete automaticamente para a história mais longínqua, embora se saiba que o seu papel tem sido fulcral, pois “desde a Antiguidade, a ciência histórica (reunindo documentos escritos e fazendo deles testemunhos), superou o limite do meio século ou do século abrangido pelos historiadores que dele foram testemunhas oculares”⁸. A par do monumento o documento tem vindo assim a fornecer substância à História nas suas diversas variações, levantando igualmente inúmeras questões sobre a sua própria validade para o historiador, porquanto é certo que os documentos (e monumentos) existentes sobre o passado constituem uma selecção de vestígios, e não a totalidade da produção de então, sendo esta selecção uma escolha cujos critérios se desconhecem.

Assim, sendo a própria interpretação dos documentos subjectiva, naturalmente outras fontes, tais como os monumentos, as fontes orais e uma valorização mais profunda da cultura popular, completam a informação detida.

Le Goff, considerando o documento e o monumento materiais do passado por excelência, chama a atenção para a necessidade de ampliação da noção de documento, devendo este ser tratado como um monumento, por constituir uma herança social do passado, transferindo-o da esfera da memória para a esfera da ciência histórica.

Trata-se de “monumentalizar” o documento para fazer emergir o contexto ideológico em que foi produzido, garantindo maior objectividade na sua análise e reconhecendo que a sua criação não foi de todo imparcial, sendo frequentemente produzido com o objectivo de exaltação de uma personalidade ou instituição oficial.

Este não importa apenas para a interpretação directa do que é relatado, mas deve ser trabalhado no seu núcleo, definindo-se séries, conjuntos e relações documentais, enriquecendo a memória colectiva.

Importa ainda salientar que a análise documental não pressupõe apenas o exame minucioso da produção textual, mas também de outras fontes codificadas,

⁸ LE GOFF, Jacques - **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p 9.

nomeadamente desenhos, mapas ou imagens, entre outros, em suma, qualquer vestígio material do passado que poderá ser analisado como fonte de pesquisa histórica.

Pelo exposto, observa-se que o arquivo, o monumento e o museu possuem uma relação muito estreita, apresentando-se como resultado das sociedades ao longo dos tempos, para imposição ao futuro de determinadas concepções sobre si mesmas, daí a necessidade de análise de ambos no seu contexto de produção, fornecendo uma interpretação mútua para obtenção de credibilidade histórica.

Apesar da informação ser um atributo associado tanto aos objectos quanto aos documentos, o valor concedido por cada área à informação documental explica as diferentes concepções sobre as actividades de descrição, catalogação e até mesmo de difusão das suas riquezas, a par da existência de formação profissional distinta, que comprovam o desalinho entre ambas as áreas.⁹

Tendo em conta que ambas as informações comunicadas constituem a base para a compreensão e aquisição de conhecimento, há que considerar ainda que ambas são representações incompletas. Um documento sofre as limitações descritivas usuais da linguagem, ao passo que os objectos podem ao longo dos tempos sofrer alterações associadas ao seu uso ou manutenção ou demonstrar apenas uma determinada perspectiva ou modelo, um aspecto que o documento pode complementar¹⁰.

Documentos, objectos e monumentos são assim uma presença viva do passado, oferecendo analogias com a vivência presente de cada um, permitindo ainda que numa observação posterior seja possível descortinar (pelo menos em parte) aspectos que caracterizaram essa sociedade ou comunidade e a distinguem de tantas outras.

⁹ FALETAR, Sanjica; BOSANCIC, Boris – Can archivists, librarians, museologists and IT specialists join hands to do a better job: World Library and Information Congress - 71th IFLA General Conference and Council. Oslo, 2005.[Em linha]. 28 Maio 2011. [Consult. 28 Maio. 2011]. Disponível em WWW:<URL [http:// ifla.org](http://ifla.org)>.

¹⁰ BUCKLAND, Michael – Information as a Thing. Journal of the American Society of Information Science [Em linha]. 42:5 (1991): 351-360.[Consult.20 Abril. 2011]. Disponível em WWW: <url: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>.

A incorporação da arquivística e da museologia num conceito mais amplo de bem cultural ou património cultural, expressa diferentes materializações da história cuja importância exige a sua conservação e difusão ao longo das gerações.

Sendo este vazio entre ambas as áreas um território de comunicação, de troca de ideias, experiências, valores e conhecimento, torna-se ao mesmo tempo um campo de tensões e interesses divergentes sobre os quais importa reflectir e conhecer.

b) A fragmentação identitária e os fenómenos de globalização

Ainda que considerando a complexidade do conceito de identidade cultural, esta não pode ser vista como um conjunto de valores rígidos e imutáveis.

As mudanças sociais às quais os indivíduos são expostos fragmentam a sua concepção identitária, existindo uma adaptação de cada um aos momentos da vida em curso.

Expressão da mutação constante dos padrões sociais, estudos recentes demonstram que os actuais processos de globalização têm vindo a interferir com esta construção identitária, dado a presença da denominada sociedade em rede nos vários níveis da vivência individual.

Não obstante as inúmeras vantagens ao nível das acessibilidades (físicas e informacionais), o fenómeno de globalização impõe subtilmente mudanças sociais profundas que criam conflitos identitários, gerando consequentemente o aparecimento de diferentes movimentos a favor da protecção de valores e culturas locais, como a defesa da religião, o ambientalismo, estreitamento das relações familiares e reforço da família patriarcal, apresentando-se como uma resistência face ao invisível e inesperado mundo global.

Para além da vivência pessoal e da educação formal de um indivíduo, também a imprensa, aliada à comunicação electrónica influencia o modo de vida de cada pessoa.

Ao proporcionar uma vivência local e global ao mesmo tempo, a sociedade em rede obriga o indivíduo à construção de dois patamares de experiência, construídos de acordo com distintos espaços e limites temporais (um mais local e quotidiano, outro global, interactivo e multi-sensorial), realidades com dificuldade de encaixe.

A partilha de uma mesma cultura pressupõe, assim, a existência de uma experiência de vida partilhada entre os seus membros, que a dimensão global, ao introduzir a diferença cultural como padrão, não pode fornecer. Há assim um passado e presente em rotura com os movimentos de globalização.

A estreita relação entre os mercados financeiro e monetário, reflecte de forma evidente a interdependência financeira actual. Por sua vez o crescimento e generalização das comunicações por via electrónica alteraram os hábitos comunicacionais, potenciados ainda pela proliferação de informações veiculadas pelos media, gerando um volume informacional impar, difícil de gerir, seleccionar e consequentemente apreender. Curiosamente esta tecnologia de baixo custo veio permitir o ressurgimento de meios de comunicação regionais e locais.

É possível desta forma observar que, ao contrário do que empiricamente se deduz deste processo, a vida humana não se tornou padronizada de forma igual por todo o globo, mas sim personalizada, incluindo estímulos globalmente produzidos.

A globalização, se por um lado contribui para a desintegração das identidades nacionais vigentes, por outro, reforça a diversidade cultural e a identificação local.

A extensão dos mercados de trabalho a outros países, ou mesmo continentes, contribuíram para a desvalorização do conceito de Estado – Providência, na medida em que as empresas procuram uma crescente unificação do corpo legislativo laboral, nos diversos países onde operam. Por outro lado, a informação passou a desempenhar um papel fundamental nas competências exigidas em qualquer local de trabalho, cabendo - lhe cada vez mais a responsabilidade de inovação nas suas funções em vez da simples execução de tarefas.

Assim, é possível observar que, ao contrário das gerações passadas, a informação necessária à realização de uma tarefa já não é transmitida apenas pelas gerações mais velhas, mas também pelos sistemas de educação existentes.

Paralelamente, a segurança que antes os cidadãos procuravam junto do Estado transferiu-se progressivamente para as autoridades regionais e também para as instituições de solidariedade social, como compensação para a vivência de uma insegurança crescente, gerando um reforço da estrutura local.

Por outro lado, o reforço das identidades e valores locais gera naturais constrangimentos à administração central, que se vê a braços com diversos anseios, interesses e solicitações tão diversificadas.

Este constrangimento está, no ver de Castells¹¹, no cerne da transferência de poderes centrais para o nível regional (mantendo a administração central competências mais generalistas, relacionadas com a definição de políticas económicas, de saúde ou relações externas, entre outras), cujo contacto com as populações torna-se mais simplificado. Transferindo esta afirmação para o objecto de estudo em causa, tal alteração surge personalizada na edilidade de Cascais, cuja função de protecção e divulgação dos valores locais será salientada neste estudo.

O fenómeno de urbanização nacional criou um novo figurino social, do qual também Cascais foi alvo, engolindo com frequência diversas comunidades locais, obrigando-as a interagir com novas realidades e pessoas, gerando maior diversificação social e cultural. Esta situação ficou patente na história de Cascais, que com a vinda da corte e de diversas famílias portuguesas abastadas, aqui introduziram novos costumes e actividades lúdicas, que influenciaram a vivência local até aos dias de hoje.

Num espaço reorganizado por este fenómeno, cada área representa as relações entre os diferentes grupos desta comunidade. Enquanto as áreas comerciais representam as zonas de consumo por excelência e as infra-estruturas locais o poder institucional, as associações recreativas, por sua vez apresentam as áreas eminentemente sociais do concelho.

Elias¹² chama igualmente à atenção para o facto de ao longo dos tempos a participação comunitária tenha deixado desaparecer o seu carácter cinestésico nas suas práticas, ou seja, o sentido visual começou a salientar-se face aos restantes, sobretudo ao tacto. Com o reforço da importância da visão, as suas expressões culturais adquirem maior grandiosidade material, justificando o crescimento dos acervos históricos de qualquer comunidade.

¹¹ CASTELLS, Manuel – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2 Vol. ISBN 972-31-1008-3.

¹² ELIAS, Norbert – **A Sociedade dos Indivíduos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. ISBN 972-20 – 1087 – 5.

Analisar a evolução cultural centrada na área geográfica de Cascais implica assim, numa fase inicial, uma passagem para o estudo dos seus elementos simbólicos, a fim de compreender as suas expressões físicas.

No quadro seguinte encontra-se um resumo das diversas formas como estes valores de base encontram uma expressão física quando inseridos numa comunidade e nas suas várias identidades:

Concepções simbólicas inerentes à formação de padrões culturais	Projecção dos símbolos culturais na realidade vívda
<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de padrões de referência;• Sentido de posicionamento social;• Estruturação mental de rotinas e condutas sociais;• Registos morais;• Economia regional.	<ul style="list-style-type: none">• Actividades de consumo e sociabilidade;• Trajectos pessoais;• Condições e posições sociais;• Comportamentos e tradições comunitárias e nacionais.

Fonte: produção própria

Estes conceitos assumem-se como uma base de reflexão para conhecer os valores sob os quais assenta a comunidade em estudo, reconhecendo-se, a partir destes, a sua materialização e formas de expressão, quer as consideradas mais eruditas, quer as mais populares, que escapam a uma definição mais alargada, regional ou nacional.

No caso em estudo não se apresenta fácil a formação de uma tipificação da realidade encontrada, dado que é de todo impossível categorizá-la como sendo unicamente “popular” ou “erudita”, na medida em que se encontram e cruzam diferentes níveis culturais. As origens das expressões culturais encontradas são diferentes, mas o elemento geográfico unificador faz-se sentir, influenciando-as claramente.

De que forma se torna relevante o caso de estudo escolhido? Com a função protectora e controladora exercida pela máquina estatal, cada vez mais complexa e absorvente,

verifica-se um esquecimento dos pontos fulcrais e mais antigos do processo de identidade pessoal dos indivíduos, claramente relacionados com a família, próxima e alargada e com a localização geográfica.

A pressão para a unificação de padrões sociais retira aos indivíduos o próprio interesse nas suas origens. É aqui precisamente que se salienta a contribuição que os museus e os arquivos podem e frequentemente conferem na manutenção desta memória local, tendo uma clara responsabilidade neste sentido como contraponto a esta tendência generalizada.

Está também frequentemente associada a uma sabedoria empírica, dado que esta contém, em si mesma, valores recebidos e fornecidos a outras gerações, com as devidas rectificações circunstanciais.

3. A VIDA COMUNITÁRIA E A COMPONENTE ASSOCIATIVA EM CASCAIS

Conhecer a vivência cultural de Cascais pressupõe conhecer a sua história e influências ao longo dos tempos, sendo necessário remontar a tempos mais idos que explicam as suas origens e a sua herança.

Durante séculos, Cascais viveu essencialmente da sua actividade pesqueira e do seu porto de pesca. Foi no século XIV que o rei D. Pedro I lhe concedeu uma carta de foral, conferindo-lhe um novo valor, reforçado posteriormente com o decorrer dos descobrimentos portugueses, pela sua clara importância defensiva na protecção de Lisboa. É nesta época que são erguidos diversos fortes marítimos que constituem hoje magníficos exemplares do seu género, dos melhores conservados do país.

Não obstante o revés sofrido com o terramoto de 1755, Cascais viu o seu desenvolvimento retomar com a permanência da corte portuguesa, nos meses de Setembro e Outubro, para usufruto de uma estância à beira-mar.

Com a vinda do rei D. Luis I e da sua corte, o seu espaço altera-se profundamente, com a construção de novas moradias aristocráticas e com a intensificação da vida social, com as práticas culturais trazidas pelos novos visitantes como, a título de exemplo, as

regatas de Verão, tendo como ponto alto o Casino da Praia (junto à praia da Ribeira) e o Sporting Club de Cascais.

Para o crescimento da vila muito contribuiu igualmente a construção de duas vias de comunicação, a estrada entre Cascais e Oeiras (construída de 1859 a 1864) e a estrada que liga Cascais a Sintra, cuja obra foi terminada em 1868.

Para o desenvolvimento da área costeira, importa ainda destacar a construção da linha ferroviária de Cascais, junto ao mar, cujo primeiro troço (com destino a Pedrouços) foi inaugurado em 1889. Esta inovação, aliada à moda dos banhos de mar, assim como a crença crescente nas qualidades terapêuticas destes banhos para tratamento de enfermidades físicas, contribuiu para que toda a costa se tornasse numa região de veraneio, para além da estância balnear de Cascais.

À medida que Cascais se desenvolve, o seu crescimento estende-se às áreas circundantes, como é o caso do Monte Estoril. Este, o povoado mais próximo do lugar onde a corte se instalara, vai sendo alvo da construção de diversos *chalets*.

O último impulso para o desenvolvimento da estância do Monte Estoril dá-se com a aquisição, por parte da rainha D. Maria Pia, de um palacete perto do mar. Com a sua vinda, cresce a vida social do Monte Estoril e surgem dois casinos: o Casino do Monte e o Casino Internacional, que procuram rivalizar com o Casino de Cascais.

Com o fim da monarquia e com a partida da família real para o exílio, em 1910, inicia-se um período sombrio para a região, dada a sua conotação com o anterior regime.

Embora já existisse uma estância balnear no Estoril desde 1890, com ampla utilização das suas águas termais, é na década de 30 que o desenvolvimento da região se transfere para este local, que conheceu um forte crescimento turístico com o funcionamento do Casino Estoril e do Hotel Palácio, atraindo diversos intelectuais e espiões (como foi o caso do famoso escritor Ian Fleming), para além de diversas famílias reais europeias que, durante a sua longa estadia no Estoril, deixaram uma herança cultural notável.

Com a paragem do famoso comboio Sud-Express no Estoril, este local torna-se uma das estâncias europeias mais populares e é alvo de um desenvolvimento notável, expresso pela construção da Estrada Marginal (potenciando a ligação automóvel entre

Cascais e Lisboa), pela implementação das primeiras unidades hoteleiras e pela de inúmeros refugiados da alta sociedade internacional e escritores famosos como Ian Fleming e Antoine de Saint-Exupéry.

Não obstante a vantagem económica obtida com a vinda de tão prestigiados visitantes, verifica-se uma clara distinção nas práticas culturais exercidas entre os munícipes e os novos habitantes, encontrando-se componentes associativas para deferentes estratos sociais.

Estima-se que a vida associativa do concelho tenha tido início no final do século XIX, com a fundação da Associação de Socorros Mútuos da Nossa Senhora da Assunção, a sociedade musical da Parede e o Sporting Clube de Cascais, a par da Associação dos Bombeiros Voluntários de Cascais.

Fundada em 1870, para apoio aos munícipes enfermos, a Associação de Socorros Mútuos de Cascais tinha como requisitos mínimos para os seus associados a boa reputação, vida saudável e existência de emprego adequado.

Os seus sócios incapacitados, inibidos do correcto exercício da sua profissão, após quatro meses da respectiva admissão, poderiam recorrer ao subsídio desta entidade, bem como receber todos os medicamentos necessários ao tratamento das suas doenças e ser tratados por médicos desta associação.

O Sporting Clube de Cascais, fundado em 1879, foi desde o início apadrinhado pelo então príncipe D. Carlos e consistia numa sociedade desportiva e recreativa de acesso restrito, frequentado apenas pela alta sociedade, onde curiosamente o ensino do ténis começou a dar os primeiros passos.

Actualmente e tendo em conta a harmoniosa “miscenização” entre os seus habitantes por tradição e todos os outros que escolheram este local para viver, é possível afirmar que a vila de Cascais possibilita, quer ao munícipe quer ao visitante, uma encantadora convivência entre o popular e o aristocrático, com os seus requintados *chalets* de veraneio e com as habitações, bem mais simples, de pescadores.

Num concelho onde não existe nenhuma cidade precursora, mas sim duas vilas líderes entre outras, a ocidente encontra-se uma área correspondente ao Parque Natural Sintra – Cascais, onde a componente social está ainda bastante vincada nas

colectividades existentes, expressando a importância da vivência comunitária, no auxílio em situações de doença e desamparo, para além da função educativa destas sociedades, que fornecem, por exemplo, ensino musical ou de dança, e possibilidades de convivência com outros indivíduos com interesses e experiências de vida semelhantes.

A componente social esteve sempre de tal forma presente na missão destas colectividades que, curiosamente, diversas associações cascaenses forneciam serviços que hoje são considerados comuns, mas pouco acessíveis no passado, como por exemplo a possibilidade de utilização de duchas ou de televisão nas colectividades¹³.

Na formação destas instituições salienta-se um factor relevante já abordado no capítulo anterior, relacionado com a transviada tendência de classificação das manifestações culturais agrupando as mesmas em expressões puramente eruditas ou populares.

No caso da comunidade cascaense, tal classificação apresenta-se claramente incipiente e a sua organização associativa é também prova disso: “as colectividades nos seus pressupostos e finalidades reflectiam os contextos sociais da sua implementação, mais burguês em Cascais, Carcavelos e na Parede – freguesias com núcleos urbanos mais antigos e de maior dimensão, mais ligados ao comércio e aos serviços – mais proletário e camponês em Tires e Janes – freguesias menos urbanizadas cujas populações se dedicavam predominantemente à agricultura ou à pequena indústria”¹⁴.

Hoje, contando com uma população crescente, de cerca de 170.680 habitantes e uma taxa de analfabetismo que se cifra em cerca de metade da média nacional, das cerca de 210 associações recenseadas no concelho¹⁵, a maioria das suas colectividades possui uma existência formal, com estatutos publicados em Diário da República, e um contacto mais directo sobretudo com a Divisão de Promoção e Acção Cultural desta edilidade, que assegura a colaboração com as organizações associativas e que garante

¹³ GOMES, Rui; PINHEIRO, João - **Associativismo cultural em Cascais**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005. ISBN: 972-8488-30-0.

¹⁴ GOMES, Rui; PINHEIRO, João - Associativismo cultural em Cascais...

¹⁵ GOMES, Rui; PINHEIRO, João - Associativismo cultural em Cascais...

a gestão de diversos equipamentos culturais como, a título de exemplo, o Centro Cultural de Cascais.

Hoje, é no interior do concelho (nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana), que se encontram as associações mais antigas, correspondendo igualmente às freguesias onde se encontra a população mais jovem, demonstrando como, não obstante a tendência generalizada para a desvalorização comunitária, neste caso, as estruturas associativas continuam o seu trabalho de desenvolvimento e adaptação às exigências das novas gerações.

As actividades culturais que exercem caracterizam-se pela sua associação a uma actividade lúdica como as festas em honra aos santos populares, bailes ou marchas populares, para além de actividades relacionadas com a realização de espectáculos culturais, como as bandas filarmónicas, ranchos folclóricos ou grupos corais, entre outros.

A recente criação da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras constitui um exemplo da importância da manutenção dos aspectos associativos e tradicionais da região, daí o apoio da edilidade, não só à sua formação, mas também à sua manutenção, para além da gestão integrada do município de mais de 24 equipamentos culturais, de tipologias diferenciadas.

Importa ainda salientar que, no caso de Cascais, a existência de ateliers em vários destes equipamentos culturais, onde de forma dinâmica e participativa se apresenta aos seus visitantes (com especial destaque para o público infantil) actividades que lhe permitem conhecer e aprender a executar as actividades tradicionais de Cascais é também expressão de uma preocupação de manutenção das vivências locais. Exemplo desta possibilidade é a participação de um pescador num atelier para crianças no Museu do Mar, ensinando-as a elaborar as redes utilizadas na pesca artesanal.

Também no Museu Condes de Castro Guimarães realizam-se, periodicamente, oficinas artísticas de leitura de contos tradicionais com respectiva teatralização. Estas acções

especiais contam com um claro crescimento, passando de cerca de 11.400 espectadores no ano 2000, para 14.400 em 2003, nos diversos espaços do concelho¹⁶.

Em suma, a edilidade procura sensibilizar o visitante para várias temáticas, desde as artes decorativas, artesanato e música, à defesa do meio ambiente, conferindo visibilidade e promoção às práticas culturais enunciadas, ciente do seu valor e da sua capacidade de aproximação ao munícipe.

Importa perceber de que forma as novas tecnologias e a realidade global actual se podem compatibilizar com uma cultura comunitária que se pretende difundir. Neste sentido a internet poderá desempenhar um papel de valor, cuja utilidade desenvolver-se-á em capítulo posterior.

Com uma procura cada vez mais diversificada e utilizadores crescentemente segmentados, a internet confere espaço para qualquer manifestação cultural, seja esta mais erudita, popular, nacional ou regional, e consequentemente para a divulgação do seu património, exigindo-se uma rápida adaptação a este novo contexto.

4. A MATERIALIZAÇÃO DOS VALORES MUSEOLÓGICOS E ARQUIVÍSTICOS NO CORPO LEGISLATIVO

Numa abordagem a esta temática impõe-se a caracterização dos preceitos legais que respeitam a identificação, valorização e conservação do património, quer ao nível nacional, quer internacional, cruzando museus e arquivos num sentido amplo, em que monumentos e documentos se apresentam como parte de um todo formado por uma herança que sobrevive para além dos limites de uma ou várias gerações.

- Legislação Internacional

Iniciando esta análise ao nível internacional, são inúmeros os instrumentos normativos directamente relacionados com o sector da cultura, importando para esta análise

¹⁶ NEVES, José; SANTOS, Jorge – **Os museus municipais de Cascais**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005. ISBN 972-8488-34-3.

aqueles que compreendam os conceitos e interações atrás salientadas. Neste sentido destacam-se:

- Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954;
- Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, de 1970;
- Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, de 1972;
- Directiva 93/7/CEE do Conselho, de 15 de Março de 1993;
- Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) sobre Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados, de 1995;
- Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001;
- Regulamento (CE) nº 116/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à exportação de bens culturais.

Começando o preâmbulo pela referência aos “princípios da cooperação cultural internacional” e ressaltando igualmente a importância da salvaguarda dos bens culturais para o conhecimento antropológico, a Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação de Bens Culturais, considera como “bens culturais”, para além dos óbvios museus e sítios arqueológicos, os livros e documentos antigos, bem como os arquivos nas suas várias vertentes, uma posição igualmente apresentada na lista de bens culturais considerados pela Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado.

Salientando a importância tanto dos museus, como das bibliotecas e arquivos para a salvaguarda do património que lhes é confiado, refere a especificidade destas áreas, aconselhando a formação de corpos profissionais adequados à materialização destes preceitos.

Por sua vez, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural começa por considerar vagamente como património cultural os monumentos, locais, construções ou obras de interesse, criadas pelo Homem, ignorando o valor do património arquivístico nesta definição. No artigo 4º salienta a

obrigação de cada um dos Estados subscritores de proceder à criação de programas que visem a identificação e protecção deste mesmo património (nomeadamente sob a forma de inventário, a remeter ao Comité de Património Mundial, previsto no artigo 11º da referida convenção).

Embora neste caso não seja salientada a importância da herança arquivística, é de referir o indubitável contributo desta instituição para a preservação do património arquivístico com o programa “Memory of the World”. Tendo como objectivo a preservação e divulgação do património arquitectónico mundial, salienta-se neste programa a necessidade de partilha documental à escala global, conferindo assistência às instituições que decidam digitalizar e difundir virtualmente os seus acervos, garantindo maior sensibilização para a importância do património documental.

O património arquivístico surge na mais antiga das convenções em análise, a Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado que, logo no Artigo 1º apresenta uma ampla definição do que é considerado, neste âmbito, por bem cultural.

Nesta definição são abrangidos tanto bens móveis como imóveis com considerável importância cultural, para além de diversas tipologias de infra-estruturas como museus, depósitos, arquivos ou bibliotecas, igualmente objecto de protecção.

Semelhante postura é apresentada na Directiva 93/7/CEE do Conselho, de 15 de Março de 1993, relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro, ao considerar como “bem cultural” todos os bens pertencentes a museus, arquivos e bibliotecas.

Uma nova ética da UNESCO para o século XXI surge com a elaboração da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2 de Novembro de 2001, que ao realçar a importância da diversidade cultural na identificação das sociedades, procura proteger todas as manifestações culturais existentes. Este “pluralismo cultural” que é preconizado neste acto é considerado uma fonte relevante para o desenvolvimento intelectual dos povos.

Neste sentido e garantindo a sua transmissão às gerações futuras, o Artigo 11º preconiza o estabelecimento de parcerias tanto entre o sector público, quanto entre o

sector privado e a sociedade civil, solicitando-se a cada Estado – Membro a respectiva definição de normas e práticas que estimulem a salvaguarda e difusão dos seus diversos conteúdos culturais.

Semelhante parceria consiste precisamente no que se pretende promover com este estudo, pela aproximação entre o património museológico e arquivístico.

Por sua vez, e mais recentemente (sendo expectável uma evolução na materialização dos valores museológicos e arquivísticos), o Regulamento (CE) nº 116/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à exportação de bens culturais, na sua lista anexa de objectos a abranger no respectivo regulamento, apresenta o arquivo na sua forma definitiva, ou seja arquivos e respectivos elementos com mais de cinquenta anos de existência, para além dos óbvios exemplos históricos (que apresentem uma idade não inferior a 50 anos).

- Legislação Nacional

Uma vez que este trabalho tem como objecto de estudo o município de Cascais e suas valências, exige-se igualmente uma análise crítica da legislação arquivística e museológica cujo fim se aproxime do objectivo pretendido com esta dissertação e que traduza a posição existente nos diversos organismos nacionais quanto à temática apresentada, sem prejuízo da importância de diversas leis de base que, não cumprindo este requisito, não importa mencionar nesta fase. Neste sentido destacam-se os seguintes instrumentos normativos:

- **Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro** - Estabelece as bases do regime de protecção e valorização do património cultural;
- **Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto** - Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses;
- **Decreto-lei nº 139/2009 de 15 de Junho** - Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural;
- **Portaria nº 196/2010 de 9 de Abril** – Define o procedimento de inventariação do património cultural imaterial.

Tendo em conta a importância da valorização do património cultural para a construção da identidade nacional, a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro pretende garantir o

acesso à cultura a todos os cidadãos, tal como é preconizado na Constituição Portuguesa, a sua defesa e o incremento cultural ao nível regional e local.

Considerando todos os testemunhos físicos com interesse relevante, bem como as provas imateriais que constituam parte integrante da memória colectiva, pretende-se que a prossecução de uma política de protecção do património assente nos pressupostos da inventariação, planeamento, coordenação, eficiência, prevenção, informação, responsabilização e cooperação, conforme indica o artigo 6º desta lei.

Esta lei dedica ainda um capítulo próprio ao património arquivístico, apresentando no artigo 82º a natureza pública, a relevância da sua entidade produtora ou ainda o valor probatório e informativo de um arquivo como critérios para a protecção deste património.

O Decreto – Lei nº 139/2009 de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património imaterial, para além do reconhecimento que confere a esta tipologia patrimonial, vem estabelecer a formação de um sistema de inventariação do mesmo, por via da constituição de uma base de dados pública, acessível ao comum cidadão, tendo por base os objectivos já preconizados aquando da feitura da Lei nº107/2001 de 8 de Setembro, que define precisamente as políticas de protecção do património cultural nas suas diversas manifestações.

Frisando a importância da cultura imaterial na formação das identidades colectivas, confere ao Instituto de Museus e da Conservação, I.P. a tarefa de garantir a sua implementação e manutenção, para além da própria conservação dos bens considerados como património imaterial, em estreita colaboração com as autarquias. Para a selecção dos objectos e conhecimentos passíveis de constituir este inventário, é criada a Comissão para o Património Cultural Imaterial.

De acordo com este decreto-lei, e conforme enunciado no artigo 1º, as tradições, expressões artísticas, eventos e práticas sociais tradicionais, para além da própria expressão linguística, são considerados domínios a abranger nesta legislação.

No artigo 3º da referida lei, é igualmente salientada a necessidade de apoio técnico por parte das entidades públicas cujos conhecimentos da matéria em causa possam auxiliar os objectivos preconizados. Ainda assim, apesar de conferir espaço

para a cooperação junto de um vasto leque de entidades com conhecimentos válidos, não é efectuada qualquer referência à importância do arquivo na prossecução deste objectivo.

À parte dos museus e bibliotecas, o arquivo é, na sua vertente definitiva, um rico repositório de manifestações desta natureza, sendo a sua inclusão num projecto deste tipo um importante contributo para o aprofundamento dos conhecimentos existentes sobre estas manifestações culturais. Ainda que qualquer entidade possa tomar a iniciativa por si de solicitar a inclusão de determinada manifestação nesta base de dados, seria bastante profícuo um contacto mais directo e uma parceria assumida entre museus, arquivos e bibliotecas.

Definindo como fulcral a recolha de informação possível sobre o património cultural na sua alçada, a Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto (Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses) apresenta o intercâmbio de conhecimentos como um aspecto fundamental para o incremento desta informação.

Outro aspecto fundamental desta lei reside na afirmação de descentralização museológica pelo reforço dos museus municipais e do seu papel na divulgação do património regional.

Importa ainda salientar a referência à actividade arquivística na identificação de que os inventários museológicos produzidos são considerados “património arquivístico de interesse nacional”, de acordo com o artigo 26º desta lei.

- Considerações

A aplicação prática da valorização do património na legislação constitui um passo fundamental para o entendimento entre estas áreas culturais.

Nos exemplos apresentados encontra-se uma diversidade de leis que preconizam a protecção dos bens culturais, interessando para este estudo unicamente as disposições que incluam o património arquivístico e museológico no seu conteúdo.

Ao nível internacional este património surge com frequência como um bem cultural a salvar, mas é com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural que se realça a necessidade de formação de verdadeiras parcerias para a difusão de conteúdos culturais, embora na década de 70, a Convenção relativa às Medidas a

Adoptar para Proibir e Impedir a Importação de Bens Culturais colocasse já as diversas áreas culturais num patamar de igualdade tendo em vista a sua integração a um nível superior – o do bem cultural.

Também ao nível comunitário, aquando da elaboração do Plano de Trabalho para a Cultura 2008-2010 do Conselho se preconizou como medida prioritária de acção a intervenção na criação de uma biblioteca digital comum, que possibilite o acesso à documentação de arquivos, museus e bibliotecas, todos integrados nesta mesma plataforma, já em linha com as disposições mencionadas.

Na legislação nacional, para além do património museológico, também a vertente imaterial é considerada uma tipologia fundamental para o estudo da identidade nacional e regional.

Embora o intercâmbio de conhecimentos esteja previsto na Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, são ainda reduzidos os casos em que o arquivo seja considerado uma relevante fonte cultural.

Tendo em conta que a política nacional preconiza a inventariação (amplamente desenvolvida pela disciplina arquivística) como uma das actividades essenciais ao incremento desta área, espera-se assim, que a dimensão de parceria já iniciada ao nível comunitário se estenda num futuro próximo ao campo legislativo nacional, permitindo uma interacção metódica e profícua da arquivística e da museologia.

5. DISCURSOS GESTIONÁRIOS – SERVIÇOS DE ARQUIVO E MUSEOLOGIA

Sendo certo que arquivo e museu municipal pressupõem, tal como o nome indica, a pertença e dependência de uma Câmara Municipal, inseridos num quadro orgânico específico que terá de ser analisado, importa considerar de que forma a organização das edilidades facilita ou, pelo contrário, dificulta a proximidade que se procura estudar nesta dissertação.

Analisando primeiramente a realidade nacional, esta não se apresenta de forma homogénea, existindo diferentes “ordenações” nos inúmeros municípios do país. A falta de homogeneidade na organização destas áreas expressa precisamente a dificuldade em perceber qual a melhor situação/conjugação e provavelmente expressará a interacção que poderá já existir entre estas duas actividades e noutros casos, a distância entre estas duas.

Embora em inúmeros casos encontre-se o Arquivo Histórico sob a alçada da Divisão da Cultura ou de uma Secção de Cultura, consoante a dimensão do município, são também diversos os casos em que uma Divisão Administrativa aglomera os serviços arquivísticos.

Um exemplo disso é o município de Torres Vedras, onde o Arquivo Municipal surge na tutela da Divisão Administrativa. Situação semelhante encontra-se igualmente na edilidade de Sintra, com a Divisão de Arquivos a surgir na dependência da “Direcção Municipal Administrativa e de Policia Municipal”.

Corroborando a necessidade de aproximação de ambas as áreas, salientam-se, no norte do país os exemplos das edilidades da Guarda (onde ambas actividades fazem parte da Divisão de Educação e Acção Social, no denominado “Sector de Arquivo e Actividade Museológica”) ou de Trancoso (integrado do “Serviço de Acção Cultural e Social” existe o “Sector de Bibliotecas, Arquivo e Museus”).

Semelhante situação encontra-se na Câmara Municipal de Espinho, onde existe uma divisão referente ao património museológico e arquivo na dependência do “Departamento de Intervenção Social, Cultural e Económica”.

No distrito de Lisboa, na capital, a “Divisão de Gestão de Arquivos” encontra-se sob a tutela do “Departamento de Bibliotecas e Arquivo” que por sua vez está integrado na “Direcção Municipal de Cultura”.

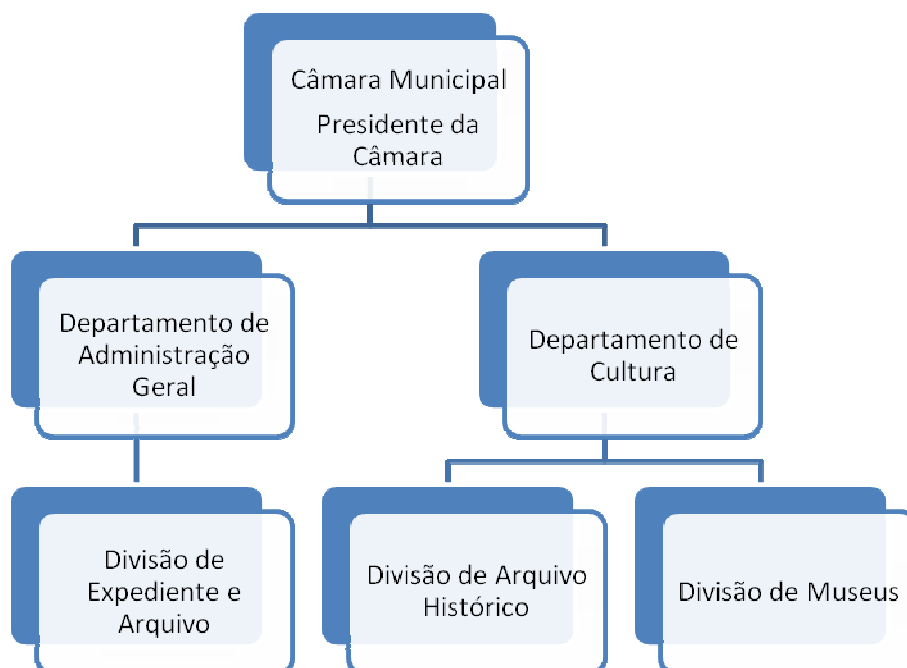
A sul, também em Portimão existe uma “Divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico”.

Frequentemente encontra-se uma situação peculiar em que, embora o Arquivo Histórico se mantenha sob a alçada de uma Divisão Cultural, existe um Arquivo Intermédio Municipal integrado num Departamento de Administração Geral. Cria-se

assim uma barreira burocrática entre o Arquivo Intermédio e Histórico, cujos contornos não se pretende abordar neste estudo.

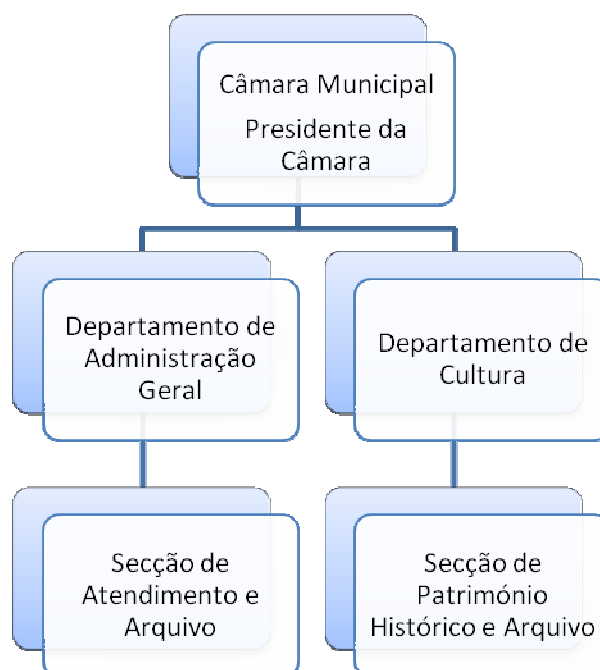
Assim, os aspectos atrás apresentados tomam frequentemente as seguintes formas:

Ilustração 1 – Estrutura de Serviços sob a dependência do Departamento de Cultura



Fonte: produção própria

Ilustração 2 – Estrutura de Serviços sob a dependência do Departamento de Cultura e da Administração Geral



Fonte: produção própria

Ilustração 3 – Estrutura de Serviços sob a dependência do Departamento de Administração Geral



Fonte: produção própria

Através desta análise aos organigramas dos municípios nacionais encontram-se situações dispare, ainda que predomine a consciência da melhor colocação de uma secção de arquivo histórico junto às unidades museológicas e, por vezes, bibliotecas, dado o objectivo comum de “planear (...) controlar, em articulação com outras unidades orgânicas, as actividades de gestão, inventariação (...) e classificação do património cultural do município, nas suas dimensões material (histórico edificado, urbanístico, documental, técnico-científico (...))”¹⁷.

Por conseguinte, integrando o museu e o arquivo diferentes divisões no mesmo departamento, para além de contribuírem para uma duplicação de funções, também o fazem na duplicação de profissionais. Sendo ambas as instituições históricas mais próximas do cidadão, têm de procurar corresponder às necessidades dos seus munícipes simplificando procedimentos, partilhando técnicas e conhecimentos e disponibilizando as suas riquezas como uma só.

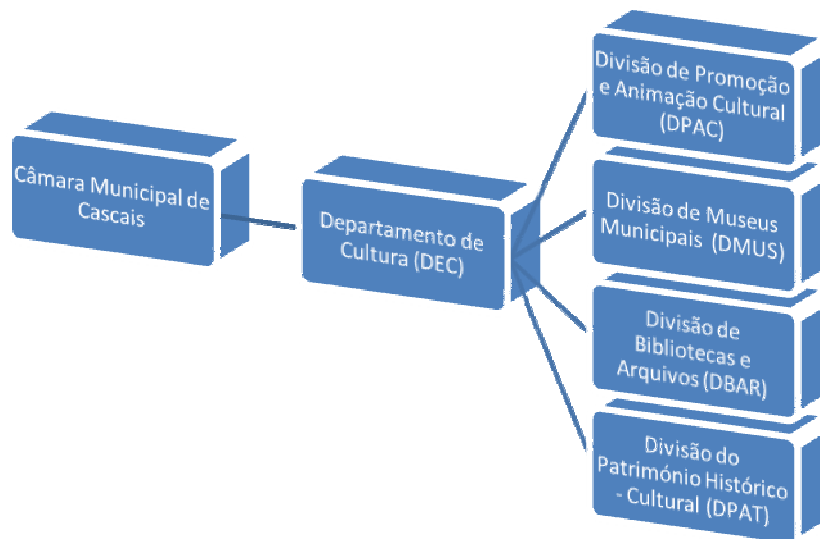
A catalogação e inventariação de materiais poderá ser uma das actividades partilhada, tendo em conta a dupla função do “objecto-documento”, criando-se uma única rede de partilha de informação e inventários, facilitando a integração de conteúdos. Também a divulgação de espólios, actividades de restauro e digitalização, entre outras, poderão ser áreas com uma produtividade crescente caso funcionem numa óptica de partenariado.

Importa neste sentido referir que uma das prioridades apresentadas no Plano Estratégico para os Museus, elaborado pelo Ministério da Cultura em 2010, consiste precisamente na definição de políticas patrimoniais e museológicas, tendo em vista a criação de redes ou sistemas museológicos municipais.

Relativamente à macroestrutura orgânica da Câmara Municipal de Cascais e aos departamentos com interesse para este estudo, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais publicado a 15 de Dezembro de 2009, apresenta a seguinte organização:

¹⁷ DELIBERAÇÃO nº 2494/2010. “DR II Série”, 253 (2010/12/31).

Ilustração 4 – Estrutura de Serviços da Câmara Municipal de Cascais



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cascais

Ambos os serviços (de museologia e arquivística), encontram-se sob alçada da unidade orgânica permanente denominada “Departamento da Cultura”, ao qual estão designadas as funções de promoção do usufruto dos equipamentos culturais do concelho aos seus munícipes, da investigação de cariz cultural e a gestão sustentada dos equipamentos existentes, sempre na óptica de conservação do património arquitectónico, histórico e cultural.

A Divisão de Promoção e Animação Cultural consiste na unidade orgânica responsável pelo apoio às organizações associativas, pela realização de programas culturais, pela preservação e divulgação de práticas de cultura popular e pela gestão da rede de Auditórios e Teatros Municipais.

Responsável pela Rede de Museus Municipais, a actuação da Divisão de Museus Municipais centra-se nas acções de exibição de colecções, inventariação, restauro, salvaguarda e recuperação do património museológico.

À Divisão de Bibliotecas e Arquivos compete garantir e desenvolver os serviços de leitura pública do município, quer através das bibliotecas municipais, quer da Rede de Bibliotecas Escolares. Gerindo a documentação produzida pelos diversos serviços

municipais, cabe-lhe igualmente garantir o respectivo tratamento arquivístico, de acordo com o regulamento municipal e legislação em vigor, bem como apoiar a investigação histórica e auxiliar a difusão da história local, através do Arquivo Intermédio e Histórico.

Por fim, cabe à Divisão do Património Histórico – Cultural desenvolver e actualizar o inventário georeferenciado do património histórico-cultural concelhio, garantir o acompanhamento técnico de obras em áreas de interesse histórico e proceder à realização de intervenções arqueológicas, para além de ser igualmente responsável pela salvaguarda e difusão do património histórico de Cascais.

Sob o pressuposto de que ambas as actividades se encontram de costas voltadas por falta de integração municipal, mas possuindo responsabilidades semelhantes tendo em vista a promoção cultural do município, resta definir de que forma e em que áreas da sua responsabilidade, ambas poderão actuar em verdadeira parceria, facilitando a difusão do património cultural, cada vez mais acessível ao público graças às novas tecnologias da informação.

A realidade existente em Cascais parece estar a dar os primeiros passos face a esta problemática.

Em entrevista exploratória efectuada ao responsável pelo arquivo histórico do município, o Dr. João Henriques, reflectiu-se largamente sobre o ponto de situação actual do concelho nesta matéria, tendo-se começado agora a empreender os primeiros passos nesta interdisciplinaridade.

Sobre a intersecção entre os serviços do museu e arquivo (autónomos, mas parte integrante da Divisão de Cultura), o auxílio mútuo verifica-se pouco frequente, recorrendo este serviço à Secção de Bibliotecas para o seu trabalho.

Por outro lado, a Divisão de Museus, embora com pouca frequência, quando recorre aos materiais de arquivo histórico fá-lo para aí encontrar fontes de informação para suporte de trabalhos escritos, para sustentar algum parecer ou informação ou para recolher “matéria-prima” de que necessitam para os conteúdos de materiais informativos que pretendem editar.

A intersecção entre ambos serviços existe assim na prática, embora não se possa falar ainda de uma parceria efectiva, mas sim de uma procura ocasional.

Outro aspecto que limita actualmente o cruzamento de informação entre a Divisão de Museus e a de Arquivo Histórico prende-se com a utilização de sistemas informáticos de catalogação autónomos, tal como sucede com o serviço de bibliotecas. Sendo esta evolução tecnológica ainda muito recente, foi desenhada de acordo com as necessidades actuais, de organização dos documentos e peças de cada um dos serviços.

No caso do arquivo histórico é utilizado o programa de descrição *X-ARQ*, possuindo actualmente cerca de 45.000 registos colocados, complementados com a devida iconografia. Já para a inventariação museológica é utilizado o programa *In Patrimonium Premium*, que não é válido para os documentos de arquivo e documentos fotográficos (cuja informação terá de ser colocada no sistema *X-ARQ*), obrigando as unidades museológicas a partilhar com o arquivo histórico o uso da aplicação *X-ARQ*¹⁸.

Esta duplicação de procedimentos incrementa o tempo dispendido nas tarefas de inventariação, que, pela existência de uma só plataforma, poder-se-ia simplificar.

Verifica-se assim que, embora exista uma crescente interacção entre serviços, pela partilha de uma aplicação e pela utilização da documentação arquivística como matéria – prima para a organização de folhetos ou mesmo exposições, a existência de uma colaboração mais estreita iria influenciar positivamente a investigação histórica de ambas as funções.

Estudos efectuados no Reino Unido demonstram que nos locais onde as parcerias entre agentes culturais não são ainda uma realidade, o sector cultural, ao nível municipal, não é ainda encarado como uma prioridade nas suas políticas municipais,

¹⁸ Ver anexo 1.

demonstrando-se mais uma vez a necessidade de um trabalho de parceria institucional que sirva de base para a formação de novas iniciativas entre outras entidades¹⁹.

Ao nível estratégico não foi possível encontrar qualquer documentação escrita deste município que indique o caminho a seguir nesta matéria.

6. PARCERIA ESTRATÉGICA ARQUIVO – MUSEU

Observado o contexto hierárquico dos municípios portugueses e, em particular, do município de Cascais, a falta de trabalho comum e continuidade no mesmo é simples de se depreender do actual contexto.

Neste município não existe ainda uma noção concreta e partilhada de todos os recursos museológicos e arquivísticos existentes, dada a ausência de uma base de dados comum, mas sim de duas plataformas de registo autónomas.

Desta forma torna-se complicado elaborar qualquer estimativa da utilidade de toda a informação e bens detidos, sendo particularmente difícil controlar o impacto da introdução de novos elementos, bem como da perda dos mesmos.

Dadas as circunstâncias financeiras actuais, o grande desafio actual está na capacidade deste poder local conseguir garantir uma gestão sustentada destes serviços, com recursos cada vez mais diminutos e um público cada vez mais exigente e diversificado.

A formação de parcerias naturalmente facilitaria e contribuiria para o crescimento, produtividade e inovação.

Actualmente bibliotecas e museus apresentam maior facilidade em retirar dividendos de uma parceria conjunta, dado disporem de um maior número de infra-estruturas e serviços disponíveis para o público, oferecendo serviços comumente associados ao bem-estar comunitário, atraindo assim igualmente o sector político que habitualmente procura na sua acção áreas mais visíveis como a economia ou a segurança²⁰.

¹⁹ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL – The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements. [Em linha]. (2009) .[Consult.02 Maio. 2011]. Disponível em WWW:<[url: http://research.mla.gov.uk/evidence/view-publication.php?dm=nrm&pubid=956](http://research.mla.gov.uk/evidence/view-publication.php?dm=nrm&pubid=956)>.

²⁰ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements...

Ainda assim verifica-se que o contributo para o enriquecimento da formação histórica dos seus habitantes é visível tanto ao nível dos arquivos, quanto dos museus ou bibliotecas.

Ao contextualizar-se a realidade destas três áreas com a realidade actual de crescente competição, formação de novos requisitos laborais e decréscimo de verbas estatais, as parcerias que possam ser estabelecidas entre diferentes instituições (e com diferentes combinações) destas áreas poderão conferir maior amplitude de conhecimentos ao nível laboral, bem como uma partilha de recursos e despesas de relevo²¹.

São já várias as instituições, a um nível internacional, que sugerem esta forma de gestão integrada como solução para o contexto actual. Exemplo desta acção é o Conselho de Museus, Bibliotecas e Arquivos Britânico (MLA) que preconiza e apresenta no seu documento *"The opportunity of devolved governance for museums, libraries and archives"*²², a transferência de autoridades da administração central para a local nestas áreas. De acordo com a estratégia desta agência governamental, o investimento que o sector recebeu nos últimos dez anos já não é comportável e deixará de ser uma realidade, sendo esta transferência de poderes a melhor forma destas instituições sobreviverem à actual crise financeira.

No caso dos arquivos, estes, em si mesmos, podem não ser suficientemente apelativos, mas se auxiliarem na definição do contexto histórico de artefactos relacionados, podem tornar-se relevantes auxiliares de estudo e entidades mais apelativas.

A mesma situação ocorre no caso dos museus, que, embora possam ser apelativos por si mesmos, é a documentação que lhes está associada que confere valor e expressão a

²¹ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements...

²² MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - The opportunity of devolved governance for museums, libraries and archives. [Em linha] (2010). [Consult. 02 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://www.mla.gov.uk/what/strategies/~media/Files/pdf/2010/programmes/The_opportunity_of_devolution_for_museums_libraries_and_archives>.

estes objectos, tornando-os consequentemente um caso de sucesso junto do seu público-alvo²³.

Com a apresentação e estudo de vários casos práticos pretende-se precisamente verificar como, na realidade, tal complementaridade tem vindo a constituir uma via eficaz de sucesso.

O projecto Europeana é um dos exemplos máximos de uma parceria deste tipo com sucesso. Este portal, fundado em 2008, permite ao utilizador navegar nos recursos digitais de museus, bibliotecas, arquivos e colecções audiovisuais europeias.

Com múltiplos conteúdos, apresentados em categorias como “Arte Nova”, “Cartografia” ou “Idade Média”, entre outros, esta base de dados dispõe de mais de quinze milhões de diferentes imagens, textos, sons e vídeos, sendo estes o resultado da contribuição de cerca de 1500 instituições, promovendo as suas riquezas e difundindo-as a todos os apaixonados da rica história europeia.

Incluindo objectos mundialmente famosos como os desenhos de Leonardo da Vinci, nesta plataforma encontram-se igualmente diversas iniciativas tecnológicas operadas por instituições parceiras, fornecendo inclusivamente contactos das entidades responsáveis para futuros contactos.

Semelhante exemplo de sucesso encontra-se na Noruega, onde o Norwegian Archive, Library and Museum Authority (ABM – Utvikling) foi fundado como agência nacional para a promoção de parcerias e desenvolvimento estratégico destas instituições, sendo posteriormente extinto e substituído, já em 2011, pelo Arts Council Norway, para substituição das competências referentes aos museus, arquivos e bibliotecas, anteriormente detidas pelo Norwegian Archive, Library and Museum Authority. Procurando colocar museus, arquivos e bibliotecas numa posição activa e central da sociedade, promove o acesso à informação destas instituições, procurando novos utilizadores e novas abordagens estratégicas.

²³ ERMERT, Axel; SCHWEIBENZ, Werner – Cultural differences between libraries, archives and museums? Experiences from BAM, the joint portal for libraries, archives and museums in Germany. World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council. [Em linha] (2009). [Consult. 10 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/hq/papers/ifla75/192-ermert-en.pdf>>

Ao nível comunitário destaca-se a formação de diversos programas de cooperação entre museus, bibliotecas e arquivos, como é o caso do programa “Cultural Applications: Local Institutions Mediating Electronic Resources Access – CALIMERA”, um programa que promove a aplicação de novas tecnologias e de estratégias de parceria em bibliotecas, museus e arquivos. Este é considerado um caso de sucesso no envolvimento dos três sectores, constituindo uma base de cooperação inspiradora para a formação de novas parcerias ao nível local²⁴.

O projecto CALIMERA e o seu website providenciam ao utilizador relatórios sobre a actual situação de bibliotecas, museus e arquivos de 42 países, providenciando suporte estratégico a todas as entidades que desejem formar novas parcerias, fornecendo casos de estudo e guias de boas-práticas.

Autênticas fusões têm-se tornado uma realidade também, conduzindo o princípio destas parcerias a um nível mais profundo de envolvimento. Tal é o caso dos Arquivos Nacionais do Canadá e da Biblioteca Nacional do Canadá, cuja fusão ocorreu em 2004, dando origem a uma nova instituição, “Library and Archives Canada”.

A outro nível, local, outros exemplos têm vindo a desenvolver-se, comprovando que todo o tipo de instituições conseguem comprometer-se neste tipo de iniciativas, quer em pequenas parcerias, quer na formação de novas entidades, devidamente adequadas à sua realidade e necessidades, como é o caso do Wigan Leisure and Culture Trust²⁵.

O Wigan Leisure and Culture Trust, instituído em 2002, consiste numa instituição de solidariedade social, responsável pela gestão estratégica e manutenção de instalações de lazer e respectivos serviços (anteriormente operados pelo município de Wigan) para mais de 300.000 residentes.

²⁴ FALETAR, Sanjica; BOSANCIC, Boris – Can archivists, librarians, museologists and IT specialists join hands to do a better job? World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council. [Em linha]. (2005) [Consult. 28 Maio. 2011]. Disponível na Internet:<URL http://archive.ifla.org/IV/ifla71/papers/088e-Faletar_Bosancic.pdf>.

²⁵ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - Case Studies – Wigan Leisure and Culture Trust. [Em linha]. (s.d.) [Consult. 09 Maio. 2011]. Disponível na Internet:<URL <http://research.mla.gov.uk/case-studies/display-case-study.php?prnt=1&prjid=258>>.

Tendo com objectivo principal a gestão de serviços culturais, o incremento do investimento, da qualidade de serviço destas infra-estruturas culturais e da participação comunitária na promoção da sua identidade local, cabe-lhe igualmente a gestão sustentada de fundos públicos, constituindo um exemplo de empreendedorismo na região e no sector da cultura.

De 2004 a 2008 esta instituição garantiu o reinvestimento de cerca de 1.3 milhões de euros em bibliotecas, para além de ter introduzido novas medidas estandardizadas para avaliação da qualidade de serviço, nomeadamente para a gestão de stocks e controlo de qualidade do serviço de atendimento nas bibliotecas da região.

Ainda na prossecução dos seus objectivos de melhoria do serviço, esta instituição conseguiu um incremento de 13% nas visitas a monumentos, um alargamento dos horários de funcionamento, bem como a formação de novas parcerias, como a referente à digitalização do arquivo fotográfico da cidade.

Contendo uma vasta gama de valiosos edifícios históricos e paisagens históricas, o Arquivo Fotográfico de Wigan sofreu em 2008 uma acção de digitalização financiada pelo Heritage Lottery Fund, com o objectivo de incrementar o acesso às colecções e serviços.

Esta acção específica, iniciada em Dezembro de 2008, abrangeu a digitalização de 5.000 fotografias históricas, de um total de 30.000 imagens, pertencentes ao Serviço de Arquivos de Wigan.

Direccionado para os residentes de Wigan, historiadores, fotógrafos, professores e alunos da região, pretendeu-se com este projecto incrementar o acesso aos arquivos fotográficos por todos os que tenham um especial interesse na história local.

Tendo em conta a diversidade de público-alvo, procurou-se conferir a máxima resolução às imagens digitalizadas que podem inclusivamente vir a ser integradas em exposições e eventos, incrementando a presença e promoção do referido arquivo.

Num total de 1049 horas de voluntariado esta acção permitiu a sensibilização para a importância da formação de um arquivo fotográfico, possibilitando ao seu público-alvo um maior envolvimento com a história local, para além de constituir em si mesmo uma ferramenta fundamental para a investigação da história local.

Aumentando o conhecimento e o orgulho no património local, cresceram igualmente as doações de relevante espólio fotográfico a este arquivo.

Através deste exemplo é possível verificar como, independentemente da dimensão do partenariado inicial que se institui, as suas vantagens permitem a formação de novas acções e iniciativas altamente vantajosas para a modernização das instituições, aproximando-as dos seus cidadãos, valorizando o seu património e identidade local, que sai reforçado nestes casos de sucesso.

Para além da formação de novas instituições regionais e locais integradas, outras acções ainda de menor dimensão, comprovam a vantagem da angariação de parceiros sectoriais para renovações e remodelações, quer ao nível físico quer laboral, das instituições.

Neste sentido importa salientar a renovação do arquivo da galeria de arte “Whitechappel”²⁶, uma plataforma de exposição para os artistas mais importantes da Grã-Bretanha, como Lucien Freud, Doig Pedro e Wallinger Marcos, localizada no coração de East London, Reino Unido, numa área da cidade onde existem mais de 160 galerias e residem milhares de artistas.

Com início em 2007 e término em 2009, esta galeria operou uma remodelação profunda nas suas infra-estruturas, garantindo a extensão da área expositiva da galeria, o crescimento do espaço disponível para armazenamento arquivístico, bem como introduzindo novos serviços como uma cafetaria e restaurante.

Após dois anos de intensas remodelações que permitiram a quase duplicação do espaço com a união de dois edifícios (esta galeria incorporou um edifício contíguo onde funcionava a biblioteca), formou-se uma nova galeria (dedicada exclusivamente ao seu arquivo), uma sala de leitura espaçosa e um repositório de arquivo.

Como resultado desta remodelação, o seu arquivo passam a estar amplamente acessíveis ao público, pela primeira vez na história.

²⁶ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - Case Studies – Whitechapel Archive Refurbishment. [Em linha]. (s.d.) [Consult. 20 Abril. 2011]. Disponível na Internet:<URL <http://research.mla.gov.uk/case-studies/display-case-study.php?prnt=1&prjid=363>>.

Estas alterações vêm ao encontro da missão e valores desta instituição, como uma entidade de carácter educacional e um arquivo cujas proporções ultrapassam em larga medida o conceito tradicional do arquivo histórico.

Através do seu precioso arquivo e da renovada concepção da galeria, pretende-se dar uma nova vida ao seu arquivo, divulgando os seus conteúdos de forma a explicitar todo o percurso da instituição até aos dias de hoje.

O arquivo desta instituição, que conta com cerca de 100 anos de existência, ganha uma nova vida com esta nova área expositiva. A primeira exposição desta nova secção, denominada “The Whitechapel Boys”, trouxe aos dias de hoje a contribuição de diversos pintores e escritores como David Bomberg, Isaac Rosenberg para a presença do movimento artístico britânico Vorticismo nesta galeria.

Nesta exposição temporária que decorreu de 5 de Abril a 20 de Setembro de 2009, foram apresentadas diversas cartas, itens pessoais, recortes de imprensa e algumas edições especiais de alguns livros.

Graças a esta alteração, também os recursos humanos foram beneficiados, passando a existir um curador permanente que garante a utilização dos acervos arquivísticos na área expositiva da galeria.

Apresentando o arquivo desta galeria como uma estrutura flexível, que promove a utilização dos seus acervos, foi igualmente criada uma sala de leitura que funciona como biblioteca, demonstrando como os conteúdos arquivísticos são diversificados.

Também através da apresentação deste projecto é possível verificar como uma acção concertada deste tipo permite aos seus residentes incrementar o seu conhecimento sobre a história local, ao relacionarem o arquivo com a sua vivência neste local.

Também com a integração do arquivo na área expositiva, tornou-se possível interpretá-lo como um instrumento de apoio à produção e à criatividade, garantindo desta forma visitas repetidas e vontade de enriquecimento do espólio existente por parte dos habitantes.

Neste último caso foi criado um website dedicado ao público jovem residente (<http://www.whitechapel.org/archiveadventures/index.php>), abrangendo mais de 650 crianças desta cidade. Este projecto pioneiro permite às crianças articular e gravar suas

próprias experiências de vida no leste de Londres, acrescentando as suas vozes para a construção de um relato histórico digital. Este programa explora ainda muitos dos eventos, exposições e personalidades que contribuíram para a história diversificada da Galeria Whitechapel.

Acrescentando eficiência a estes serviços, com a criação de estruturas adaptadas às necessidades e especificidades culturais de cada município, região ou instituição, garante-se desta forma a modernização destas entidades, para além do reforço do poder local, sempre tendo como base uma estratégia de longo prazo porquanto a sua complexidade e o envolvimento de diversas organizações assim o exigem.

Para além do impacto económico por via do emprego²⁷, ao proporcionar oportunidades sobretudo às crianças e jovens, museus e arquivos podem ser vistos como um auxílio precioso na solução de problemas relacionados com o comportamento anti-social e iliteracia²⁸, sendo autênticos promotores das capacidades criativas dos cidadãos.

Ao nível social, pela oferta de oportunidades culturais às comunidades onde se inserem, museus e arquivos promovem a interacção entre pessoas com culturas e hábitos diferenciados, proporcionando maior visibilidade e percepção da vivência de grupos minoritários, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento cultural da região onde se inserem.

Há ainda que ter em conta o papel destas instituições no desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, da economia local, pela importância da oferta cultural como factor de motivação. Esta aproximação com o sector turístico não poderá ser ignorada, sendo este sector uma fonte de receitas relevante para a manutenção e conservação destas instituições., sobretudo no caso dos museus dado que estes integram frequentemente o rol de atracções visitadas.

²⁷ De acordo com o MLA, apenas na região sul, denominada de South East em Inglaterra, museus, arquivos e bibliotecas empregavam de forma directa, no ano de 2005, 15.200 pessoas (tanto a meio termo como a tempo inteiro), gerando cerca de 229.981.260 libras e receitas, sendo a maior fatia atribuída à actividade museológica.

²⁸ CALIMERA – Calimera Guidelines: Cultural Identity and Cohesion. [Em linha] (s.d.). [Consult. 23 Maio. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.calimera.org/Lists/Guidelines/Cultural_identity_and_cohesion.htm>.

No caso dos arquivos, o seu papel torna-se mais residual face ao turismo na medida em que as visitas turísticas são habitualmente residuais²⁹, sendo este mais importante no enriquecimento das unidades museológicas dos habitantes.

Muito podem ambas as áreas aprender com as práticas de cada uma e em muitos casos em que existem já museus que dispõem igualmente de arquivos (como é o caso da Galeria Whitechapel), tal situação torna-se ainda mais premente.

No ano de 2002, a Conferência Permanente de Arquivos e Museus do Reino Unido elaborou um Código de Práticas de Arquivo para Museus e Galerias do Reino Unido, um guia de ajuda a todos os museus que disponham precisamente de arquivos à sua guarda, tendo em conta que diversos museus possuem não só os seus próprios documentos administrativos, mas também documentação associada às colecções detidas.

Para além do amplo conhecimento da legislação em vigor aplicável aos arquivos (que prevê as restrições de acesso a aplicar), os museus necessitam de ter em conta as especificidades de conservação específicas dos arquivos, não obstante o amplo conhecimento que detêm sobre a conservação dos seus artefactos.

A mesma situação verifica-se no sentido inverso, na medida em que a museologia detém um amplo conhecimento e prática nas actividades de restauro, e a sua colaboração nesta área será relevante nas acções de restauro e de conservação preventiva.

Pretende-se ainda com este trabalho demonstrar como profissionais de ambas as áreas devem cooperar na parceria para intercâmbio de artefactos e documentos, no contacto com a comunidade onde se inserem, na divulgação e exposição de materiais e conteúdos, nas acções de digitalização e igualmente na formação de inventários comuns, uma actividade à qual será dado maior ênfase por se considerar ser a acção de base e primeira a desenvolver-se, criando alicerces para o incremento das restantes.

²⁹ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES - Assessment of the contribution of museums, libraries and archives to the visitor economy. Winchester: [s.d.].

A) CRIAÇÃO DE INVENTÁRIOS E CATÁLOGOS

Tal como os arquivistas, conservadores e outros profissionais da museologia (através das suas funções administrativas), geram documentação diversificada, cuja organização é fulcral para a manutenção de um adequado funcionamento do museu.

Entre esta documentação, nos seus arquivos encontramos tabelas, relatórios, acordos, recibos, formulários, comprovativos de pagamento de impostos, entre outros documentos. Os próprios objectos, aquando da sua entrada no museu, geram a criação de recibos ou acordos de cedência, que contêm informação essencial sobre os mesmos³⁰, como dados da entidade detentora, data da recepção da peça, descrição da mesma, detalhes de seguros efectuados, entre outros pormenores de relevo.

Também os processos inerentes à organização de uma exposição permitem observar a quantidade da documentação que se vai gerando para os suportar.

A produção de inventários comuns permitirá assim garantir a existência de informação actualizada sobre os objectos e documentos, orçamentar projectos e exposições de forma cuidada, bem como ter noção das perdas sofridas em caso de acidente.

Dadas as implicações financeiras e humanas, para a produção de um inventário comum, há que ter conta a *priori* as seguintes questões, inerentes a qualquer procedimento deste tipo³¹:

- Número de objectos e séries a ser alvo de inventariação;
- Definição do público-alvo do inventário produzido;
- Produção de estimativa dos recursos informáticos necessários e respectivos custos associados;
- Observação dos Direitos de Autor a respeitar neste processo e respectivas restrições ao trabalho de inventariação;

³⁰ Ver Anexo 2 – Ficha – Tipo de entrada.

³¹ AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS: The New Museum Registration Methods. Washington: American Association of Museums, 1998. ISBN 0-931201-31-4.

- Agregação dos itens por similaridades, de forma a facilitar o seu processo de organização;
- Observar o orçamento e recursos humanos disponíveis para esta tarefa;
- Angariação de fundos e voluntários necessários à execução do trabalho;
- Elaboração de indicadores de qualidade para avaliação periódica do trabalho executado.

Os inventários devem ser conduzidos com profissionalismo em ambos os casos, não esquecendo que qualquer dificuldade de localização pode ser alarmante para a segurança e preservação dos objectos, podendo reflectir pouco profissionalismo destas instituições.

Neste capítulo expor-se-á, primeiramente, as regras e normas veiculadas por instituições de renome e, em segundo, a observação da realidade cascaense e a introdução de sugestões para produção de um sistema partilhado.

Uma das diferenças que se salientam à partida reside na prática corrente de codificação. A este nível, importa ressaltar que a consistência da codificação escolhida é essencial ao correcto funcionamento das instituições. Se por um lado a pesquisa de documentos pode tornar-se mais complexa do que a de artefactos por motivos físicos, por outro um museu tem de codificar não só as suas obras, mas também todas aquelas que pertençam a exposições temporárias.

A associação Americana de Museus indica que a utilização mais comum nesta área consiste no uso de números compostos, separados por vírgulas e pontos.

Em primeiro lugar deve ser colocada a data do objecto, seguindo-se a ordenação (em sequência) da transacção de cada objecto num ano (2000.2; 2000.3).

Se mais do que um objecto fizerem parte de uma determinada transacção de um ano, é adicionado um terceiro item, ou seja: 2000.2.1 ou 2000.3.1.

Este sistema permite ainda o acesso a um objecto no seu todo ou a partes do mesmo, da seguinte forma: 2000.2.1^a.

A grande vantagem deste sistema reside na possibilidade de podermos identificar apenas partes e não o todo de um determinado artefacto. Mesmo que seja adicionado

posteriormente um novo sistema, através deste será possível perceber quando e por que ordem foram adquiridas as obras.

Embora na área arquivística persistam diferentes formas de codificação veiculadas por diferentes instituições, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G) - salienta a referência ao código do país e da entidade detentora, como elementos fulcrais do sistema de codificação utilizado, elementos que não são considerados relevantes na anterior abordagem.

A falta de adopção de uma linguagem única entre ambas as instituições não tem permitido um enriquecimento mútuo da informação detida por ambas.

A criação em 2001 da norma ISO 5127:2001 veio demonstrar que essa adaptação é viável, passando a existir um conjunto de conceitos, vocabulário arquivístico, bibliotecário e museológico integrados num só sistema.

Tendo em conta que o utilizador (sobretudo on-line) deseja sempre que possível pesquisar em catálogos diversificados e não em unidades autónomas, que o farão perder mais tempo, esta unicidade torna-se ainda mais relevante.

Diversos autores defendem ainda um processo mais complexo, com a utilização do sistema CIDOC – CRM, dado que este inclui um sistema vocabular comum para a descrição de conceitos e informação relacionada com o património cultural.

Fornecendo um quadro semântico ao qual poderá ser associada qualquer informação de índole cultural e patrimonial, este sistema é igualmente um guia de boas-práticas para qualquer projecto conceptual, englobando as necessidades dos domínios dos arquivos, museus e bibliotecas, apresentando-se desde 2006 como um standard oficial nesta matéria, através do formato ISO 21 127: 2006.

Para a classificação iconográfica é comumente aconselhado o sistema ICONCLASS³², funcionando como um complemento ao sistema anterior.

Este último sistema é já amplamente utilizado para a descrição e classificação de fotografias, desenhos, quadros ou outras imagens, sendo igualmente utilizado para a indexação de locais, eventos e pessoas.

³² ERMERT, Axel; SCHWEIBENZ, Werner – Cultural differences between libraries...

Através de um sistema de classificação alfanumérico, o ICONCLASS divide-se em dez classes (ordenadas de 0 a 9), englobando matérias mais amplas como “natureza”, “religião” ou “sociedade, civilização e cultura” ou outros mais específicos como o referente à “Bíblia”, “Mitologia Clássica” ou “História Antiga”, entre outras. Cada uma destas divisões está organizada de acordo com uma lógica de crescente especificidade³³, funcionando pelo acesso a um browser que lhe permite a conexão com outros catálogos, auxiliando igualmente a indexação.

Muitos museus, sobretudo as unidades de história natural, catalogam e separam fisicamente os seus objectos por área científica, assemelhando-se à divisão arquivística por secções e, dentro destas, séries.

No que toca a recolha de informação, no caso dos museus esta é retirada frequentemente dos catálogos existentes ou, quando estes não existam, na documentação elaborada aquando da entrada dos artefactos.

Todos estes aspectos, inerentes à diferença de suportes em causa, têm de ser tidos em conta na formulação de uma proposta comum de inventário.

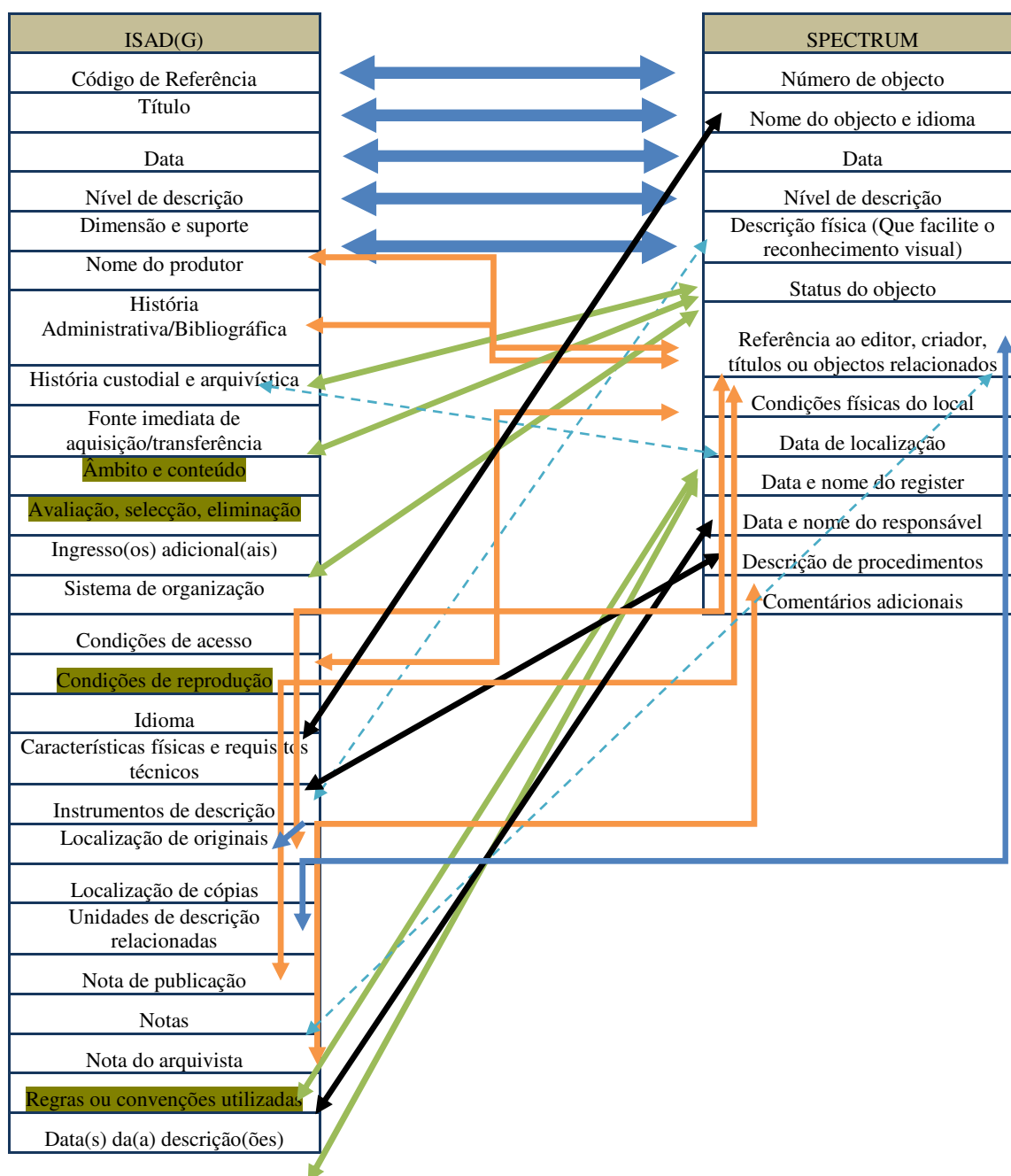
Para uma observação mais detalhada das diferenças de gestão da informação foram analisados dois modelos de referência nesta área. Para a arquivística utilizou-se a norma ISAD (G) e para a museologia o modelo Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums (SPECTRUM).

A primeira norma, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, foi adoptada pelo Comité de Normas de Descrição em 1999, tem como objectivo a formação de orientações gerais para a descrição arquivística para uma correcta exposição do contexto e conteúdo dos documentos.

A segunda, criado pela Associação de Documentação Museológica do Reino Unido, consiste num guia de boas práticas, elaborado em parceria com os profissionais da área, incluindo procedimentos para a documentação de objectos. Embora este seja um projecto britânico atingiu já uma dimensão internacional, sendo utilizado como uma referência nesta área.

³³ Ver anexo 3 – Conteúdos do Sistema INCONCLASS.

Analisando cada norma em detalhe, efectua-se a seguinte intersecção entre os campos a prever na construção de um inventário:



Fonte: ISAD (G), SPECTRUM.

Como é possível observar, todos os campos mencionados nos standards SPECTRUM estão presentes na ISAD (G) com excepção de alguns detalhes da descrição física, que

no caso da museologia incide grandemente sobre a localização precisa de um artefacto numa galeria, sala ou armazém.

Sublinhados a verde encontram-se os campos da primeira norma que não dispõe de uma correspondência concreta na segunda, percebendo-se o maior grau de detalhe veiculado pela norma arquivística.

Importa ainda salientar que no campo SPECTRUM referente à descrição, pretende-se que esta seja o mais breve possível, não devendo ultrapassar as 15 palavras. Esta não tem de ser uma descrição única, mas apenas um texto curto que identifique a localização precisa de um objecto. Encontra-se aqui outra diferença de relevo na comparação destas duas normas, explicando-se porque o âmbito e conteúdo é precisamente um dos itens que não figura no sistema SPECTRUM, menos direccionado para a exposição da relevância dos objectos e documentos.

Também o campo da ISAD (G) referente à avaliação, selecção e eliminação não encontra correspondência, dado que no caso dos artefactos não se aplicam as regulações referentes à eliminação ou conservação permanente de objectos.

O facto de estar-se perante artefactos justifica igualmente a inexistência do campo referente às condições de reprodução.

De um modo geral verifica-se que a organização museológica apresenta categorias mais abrangentes e menos detalhadas. Tal opção deixa de fora diversos itens com interesse para o utilizador e contribui para a subjectividade de preenchimento, ao não clarificar detalhadamente todos os critérios que se pretendem ver observados.

Por fim, identificar as convenções utilizadas poderá ser relevante na interpretação da descrição anteriormente realizada por outro colaborador, embora se entenda que no caso da museologia não existe uma única standardização como se verifica no caso da arquivística.

Para melhor compreensão da tabela acima apresentada importa ainda referir que com o “Status dos Objectos” pretende-se informar sobre a condição jurídica do mesmo, ou seja, se este pertence à instituição, se foi adquirido a alguma entidade ou cedido por

outra, um campo de relevo na gestão de artefactos, dada a utilização em exposições temporárias de diversos objectos que não pertencem à colecção detida.

Já com o item “Descrição de Procedimentos” pretende-se dar a conhecer as necessidades de conservação dos objectos, trabalhos executados ou a executar.

Para completar a informação teórica sobre esta matéria, importa ainda observar os actuais sistemas utilizados na área arquivística e museológica de Cascais.

Para a análise desta realidade utilizaram-se dois exemplos: uma folha de inventário do Centro de Documentação de Museus Municipais e uma do Arquivo Histórico Municipal.

No que toca a folha de inventário museológico, é possível observar na mesma (consta em anexo) a grande diferença no método utilizado para atribuição do número de inventário. No exemplo citado, este tem o seguinte significado: CRS (Casa Reynaldo dos Santos) – PIN (Pintura) – 002 (número de registo do objecto).

Na ficha arquivística é contemplado o código do país, do município e, dentro deste, do serviço onde pertence o documento ou peça em análise. Este trata-se de um código bastante extenso, mas de fácil compreensão, com a utilização da barra para enumerar a hierarquia observada e do hífen para a relação de correspondência.

No inventário arquivístico, ao código de identidade e departamento, seguem-se o fundo, sub-fundo e série, terminando com a localização, sendo que a sigla GU corresponde à gaveta.

Para utilização de uma codificação que satisfaça ambas as áreas, sugere-se a seguinte ordenação:

Para os documentos de arquivo: PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C/157-GV-A54

Para a compreensão deste código importa referir que a sigla “AESP” refere-se aos Arquivos Especiais, “CALM” à colecção Almarjão, “C” ao facto de se tratar de um cartaz, facilitando a pesquisa ao utilizador (a consulta de cartazes pode não ser do seu interesse), mantendo-se a restante terminação que identifica o local de armazenamento.

Para os artefactos museológicos: PT/CMC-CDMM/IQS/CRS/PIN-002-S1

Neste caso coloca-se o Centro de Documentação dos Museus Municipais com a sigla “CDMM”, “IQS” corresponde ao autor, neste caso Irene Quilhó dos Santos, “CRS”, enuncia o local onde se encontra a obra (Casa Reynaldo dos Santos), “PIN” corresponde à classificação do objecto, que neste caso é uma pintura, mantendo-se a numeração anterior da peça, mas adicionando-se a localização correspondendo “S” à sala onde estará exposta ou “R1” que enunciará que a obra se encontra na reserva número um, não estando em exposição.

Desta forma, não só se aproveita o trabalho já executado por ambos os serviços, mantendo-se as respectivas lógicas de apresentação, mas também cria-se uma única estrutura de fácil adaptação.

Importa ressaltar que na área que corresponde à Localização do Fundo, no modelo sugerido foi eliminada esta opção, dada a localização estar devidamente enunciada no código de referência.

O campo de Título não surge preenchido no inventário museológico, no entanto sugere-se sempre a atribuição de um título, facilitando a pesquisa posterior.


Dada a subjectividade da descrição de quadros, fotografias ou outros artefactos torna-se essencial a existência de uma área de descritores por motivos de pesquisa.

Ainda de salientar a colocação de campos específicos referentes ao historial da apresentação dos objectos em exposições e publicações (constituindo um complemento à história do objecto anteriormente colocada), referência a eventuais reproduções fotográficas que já tenham sido efectuadas (e que inclusivamente possam ser aproveitadas para ilustrar a página de inventário), bem como a colocação de um campo de avaliação do valor de um determinado artefacto, facilitando a solicitação de orçamentos para seguros de transporte do mesmo objecto.

Por fim importa referir que, dado o objectivo de unificação de registos elaborou-se um modelo único com o qual se procura agregar todos os requisitos, apresentando-se dois preenchimentos meramente exemplificativos para demonstração da possibilidade efectiva de utilização. O respectivo glossário, essencial

à compreensão das fichas de preenchimento, encontra-se em anexo, para observação³⁴.

Ficha de Inventário Criada para Utilização Comum – Aplicação na Descrição de Quadro

Ficha de Inventário		
Código:	PT/CMC-CDMM/IQS/CRS/PIN-008-S4	Imagem:
Título:	Uma Marina	
Descrição/Âmbito:	Quadro que representa uma marina onde estão	
	barcos e surge, do lado direito, uma pequena	
	habitação construída sob um conjunto de	
	pedras, numa área rural.	
Suporte:	Tela	
Data de Produção:	1945	
Nome do Produtor:	Irene Quilhó dos Santos	
História Administrativa:	<p>Esta casa, de características <i>Art-Déco</i>, mandada construir em 1930 por Eugénio da Silva Teles, foi recuperada e adaptada por Irene Quilhó para sua habitação permanente em 1989, após a venda da casa de Reynaldo dos Santos. Irene Quilhó exerceu actividade no Grémio dos Ourives da Prata, elaborou estudos de ourivesaria, nomeadamente sobre punções e contrastes e correspondeu-se com inúmeras personalidades ligadas ao mundo da arte.</p>	
História Custodial:	<p>Obras doadas à Câmara Municipal de Cascais, em 19 de Maio de 2004, por testamento de Irene Quilhó, compostas pelos arquivos pessoais de Reynaldo dos Santos, de Irene Quilhó e de seus filhos João Carlos e Luís Alberto Quilhó</p>	

³⁴ Ver anexo 4.

	Jacobetty.
Data Produção Descritiva:	01-10-2009
Nível de Descrição:	Peça
Legenda/Inscrição:	Nome da autora escrito à mão, no verso da tela.
Características Físicas:	Óleo sobre tela, 60X90 cm. Moldura em madeira. Carece de preenchimento de lacunas na moldura.
Estado de Conservação:	Bom
Avaliação para Seguro (data e valor):	
Incorporação:	Doação de descendente.
Condições de Acesso:	Obra exposta na Casa Reynaldo dos Santos
Idioma:	n.a.
Existência e localização de originais:	Desconhece-se a existência de originais ou cópias.
Unidades de Descrição Relacionadas:	PT/CMC-CDMM/IQS/CRS/PIN-002
Quota Antiga:	CRS-PIN-008
Descritores:	marina; embarcação; porto de recreio; veleiro; vela.
Notas:	Data de produção inferida. Legenda esbatida.
Nota do Inventariante:	Maria Inês Bueso, actualização efectuada a 01/02/2011.
Histórico de Exposições/Publicações:	
Data e executante da reprodução fotográfica:	

Código de referência da reprodução:	
Regras ou Convenções:	ISAD (G); SPECTRUM.

Ficha de Inventário Criada para Utilização Comum – Aplicação em Cartaz

Ficha de Inventário		
Código:	PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C/157-GV-154	Imagem:
Título:	Cartaz da Exposição Vinho de Carcavelos	
Descrição/Âmbito:	Cartaz alusivo a uma exposição de Vinho de Carcavelos.	
Suporte:	Papel	
Data de Produção:	1989	
Nome do Produtor:	n.a.	
História Administrativa:	Cartaz produzido aquando da organização de uma exposição alusiva ao vinho de Carcavelos, realizada em 1989 no Museu Condes de Castro Guimarães.	
História Custodial:	Esta colecção, adquirida em 2005-02 pela Câmara Municipal de Cascais ao Sr. José Maria da Costa e Silva (Almarjão), resulta de aquisições realizadas ao longo de vários anos, reunindo «um acervo muito completo, cujo	

	valor reside não só nas espécies em si, mas enquanto conjunto, e que dificilmente poderá ser encontrado de outra maneira».
Data Produção Descritiva:	01-10-2009
Nível de Descrição:	Documento simples.
Legenda/Inscrição:	n.a.
Características Físicas:	1 folha com 550x398 mm
Estado de Conservação:	Bom
Avaliação para Seguro (data e valor):	
Incorporação:	Aquisição pelo município.
Condições de Acesso:	Consulta ao Arquivo Histórico Municipal.
Idioma:	Português.
Existência e localização de originais:	Desconhece-se a existência de originais ou cópias.
Unidades de Descrição Relacionadas:	PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/C/159-GV-154
Quota Antiga:	1812
Descritores:	vinho; vinho de Carcavelos, zona vinícola, Viticultura; Carcavelos;
Notas:	n.a.
Nota do Inventariante:	Maria Inês Bueso, actualização efectuada a 01/02/2011.
Histórico de Exposições/Publicação	

es:	
Data e executante da reprodução fotográfica:	
Código de referência da reprodução:	
Regras ou Convenções:	ISAD(G); SPECTRUM

B) AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÕES

Nesta área a implementação de uma política de colecções comum pode constituir uma vantagem de relevo, numa estratégia comum de gestão de colecções.

Grande parte da recepção de colecções arquivísticas faz-se de forma passiva, ou seja, pela simples doação de documentação ou pela recepção de documentos administrativos camarários, sendo neste caso relevante a sua protecção dado a destruição de que seriam alvo caso estivessem à guarda de outro departamento ou instituição.

Ainda assim, a aquisição de importantes acervos pela importância que desempenham na história da comunidade é igualmente uma realidade, e exemplo disso é o acervo adquirido pelo município de Cascais, de nome Colecção Almarjão, composto por manuscritos, iconografia, livros, os folhetos, anúncios publicitários e garrafas do final do séc. XIX, entre outros itens.

Estes suportes, directamente relacionados com a história da vinha e do vinho de Carcavelos, tratados arquivisticamente e actualmente sob a guarda do Arquivo Municipal, farão parte do futuro Museu do Vinho e da Vinha que será construído na Quinta do Barão, em Carcavelos.

Em situações como a relatada, a existência de uma parceria efectiva com os serviços de museologia do município são essenciais. Uma instituição cultural modernizada necessita cada vez mais de colaboradores com diferentes conhecimentos e funções, para poder fazer face aos pedidos cada vez mais diversificados.

Se por um lado a recepção passiva dificulta o planeamento na gestão de colecções, no caso da recepção activa, tal acção já se impõe, pelo interesse mútuo nas colecções representativas da comunidade.

A era digital naturalmente acrescenta ainda novos desafios aos arquivistas e conservadores, na medida em que objectos e documentos modernos são mais frágeis e necessitam de ser alvo de uma política de preservação mais activa.

Assim, para a elaboração de uma política de aquisição e gestão de colecções mútuas, torna-se relevante a reflexão e observação dos seguintes pressupostos veiculados pela instituição The National Archives, no seu guia de boas-práticas para o desenvolvimento de colecções³⁵:

1. Respeito e observação das características geográficas do município;
2. Consideração dos diferentes sectores da vivência comunitária e manutenção de acervos representativos das principais profissões;
3. Manutenção de colecções directamente relacionadas com as actividades e desportos praticados na região, no passado e na actualidade.

Para além deste pressupostos serem aplicados a ambas tipologias, acresce a importância da formação de parcerias para manutenção de relevantes conteúdos cujos suportes não sejam adequados às condições existentes (nomeadamente no caso de ficheiros multimédia, bobines, slides, bases de dados ou websites, entre outros) em cada instituição.

Importa ainda referir que a salvaguarda deste tipo de elementos, torna-se fulcral ao nível municipal, dado que qualquer alteração à composição das características de uma comunidade coloca em risco a memória social da mesma³⁶.

³⁵ THE NATIONAL ARCHIVES - Collections Development Policies for Archives: Disponível em WWW: <URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CBsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nationalarchives.gov.uk%2Fdocuments%2Finformation-management%2Fdraft-collections-development-policy-guidance.doc&rct=j&q=The%20National%20Archives%20-%20Collections%20development%20policies%20for%20archives&ei=rThUTpvZC8WzhAfH-q2WBg&usg=AFQjCNE4q2jbTDSluYfKWZn7DpvDatkY-A>>.

³⁶ THE NATIONAL ARCHIVES - Collections Development Policies for Archives: Guidance note for archivists planning collection development work...

Há que procurar assim minimizar falhas existentes nas políticas de aquisição de colecções, ainda que arquivos e museus municipais não sejam um reflexo perfeito das comunidades às quais pertencem.

No exercício destas políticas é igualmente útil a consulta a outros organismos públicos e privado para percepção mais concreta das necessidades locais, mantendo-se uma relação mais próxima com os potenciais utilizadores.

C) ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO COMUNS

Actualmente verifica-se que as tarefas mais tradicionais de conservação, nomeadamente a encadernação tradicional, estão a desaparecer dada a falta de formação específica para a execução destas tarefas, levando as empresas a recorrer ao outsourcing para cobrir estas lacunas em vez de garantir a formação necessária aos seus colaboradores³⁷.

Como não é possível conferir todos os conhecimentos necessários à execução e todas as tarefas de que um arquivo ou um museu necessitam, a cooperação é necessária, partilhando-se recursos e conhecimentos, não só mutuamente, mas também com outras áreas do conhecimento.

Ainda assim, para garantir a eficiência pretendida, o sector da cultura e em particular as instituições em estudo, necessitam de promover a existência de formação contínua que assegure a aprendizagem das matérias e actividades que vão surgindo no seu contexto laboral.

A conservação de acervos tanto em museus quanto em arquivos, pressupõe a sua guarda, transporte e exposição em condições adequadas, tendo em conta inúmeras variáveis como a temperatura, a iluminação, a qualidade da atmosfera, a presença de

³⁷ CREATIVE AND CULTURAL SKILLS - The Cultural Heritage Blueprint. [s.l.]: Creative and Cultural Skills, 2008. Disponível em WWW: <URL: http://www.mla.gov.uk/what/raising_standards/~media/Files/pdf/2008/cultural_heritage_blueprint>.

insectos, a organização das infra-estruturas, suportes e acções de conservação preventiva, entre outras.

Assumindo ambas as instituições um papel fulcral de custódia do património cultural, qualquer plano de preservação terá de passar pela elaboração conjunta de uma estratégia, assumindo que a partilha de informação é fulcral, dado que nenhuma instituição possui em si mesma toda a informação existente sobre determinado documento ou objecto.

Qualquer identificação e decisão de preservação deve assim ser estudada em conjunto e observados os seguintes factores de apoio à decisão³⁸:

- Identificação do valor patrimonial do documento/artefacto;
- Intersecção entre o valor patrimonial observado e consonância com os valores locais;
- Grau de deterioração observado (analisado por via de inquérito devidamente construído para avaliação das condições existentes);
- Quantificação do potencial uso das obras;
- Criação de uma grelha de métricas que conjugue diferentes graus de deterioração e soluções de tratamento a aplicar, o valor atribuído, o uso potencial e o grau de deterioração identificado.

Acções como a desacidificação de livros ou até mesmo a microfilmagem, elaboradas em consonância, podem reduzir os custos associados, mesmo considerando que estaremos perante diferentes materiais com necessidades de preservação que requerem uma metodologia multi-facetada.

A implicação mais significativa dos processos de restauro conjuntos será o reforço do papel das instituições na sua área geográfica.

O propósito desta conservação em maior escala permitirá uma compreensão futura da identidade local. Tendo em conta que a ideologia dominante aponta para a tentativa de inclusão dos acervos na sua totalidade, qualquer decisão de rejeição terá que ser alvo de elevado estudo.

³⁸ ATKINSON, Ross - Selection for Preservation: A materialistic Approach. Library Resources and Technical Services. Vol 30, nº 4 (1986), p. 341 - 353.

Todo e qualquer programa de coordenação terá ainda de ter em conta os seguintes pressupostos que, segundo Ross Atkinson³⁹, deverão estar na base de qualquer decisão de preservação:

1. Ser financeiramente exequível;
2. Politicamente aceite pela edilidade;
3. Prever, através da sua estratégia, a inclusão de novos materiais, permitindo uma expansão dos acervos tratados;
4. Todos os alvos terão de ser organizados por colecções e apenas dentro destas, por assunto;
5. Criar uma base de dados partilhável por ambas as instituições para que a qualquer momento se tenha uma noção dos materiais já tratados e por quem tal foi executado;
6. Criar uma escala de gradação de deterioração dos materiais, evitando a subjectividade da análise individual;
7. Comparar os materiais existentes com os que estão à guarda dos concelhos limítrofes. A comparação facilita a avaliação da qualidade do material detido.

A) CONTACTO COM A POPULAÇÃO LOCAL

Esta constitui outra das áreas em que ambas as instituições, numa acção conjunta, conseguem obter resultados mais consistentes, tanto pela conjugação de investimentos, quanto de acções precisas de captação de visitantes e utilizadores.

Tendo em conta que museus e arquivos oferecem serviços à comunidade, esta deve ser envolvida na escolha dos serviços a disponibilizar, oferecendo *feedback* sobre a sua adequabilidade face aos seus interesses e necessidades⁴⁰.

A aproximação aos munícipes poderá passar igualmente por uma maior abertura das instituições ao voluntariado, uma mais-valia numa época de reduzido investimento. Esta abertura ao voluntariado poderá ser útil para as actividades de conservação preventiva e educação, através de visitas guiadas e recepção ao público.

Museus e arquivos necessitam assim de tomar uma atitude mais pró-activa na transmissão dos seus serviços aos potenciais utilizadores, desenvolvendo relações

³⁹ ATKINSON, Ross - Selection for Preservation: A materialistic Approach...

⁴⁰ MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - **Sharper Investment for Changing Times: Getting more out of museums, libraries and archives**. [S.l.]: Museums, Libraries and Archives Council, 2010. ISBN 978 1 905867 36 3.

adequadas com os media locais, obtendo o seu apoio na divulgação de acções concretas⁴¹.

B) GESTÃO DE INFORMAÇÃO DIGITAL

Torna-se claro que a curto e médio prazo os profissionais da informação serão confrontados com a necessidade crescente de gerir ou participar em projectos de gestão de documentos electrónicos e transferência/substituição de suportes, devido à pressão crescente da sociedade para o incremento da acessibilidade da informação e à necessidade de preservar os documentos nos suportes originais.

A gestão de informação digital é outra das áreas em que museus e arquivos municipais podem cooperar, garantindo a manutenção da informação a custos bem menos elevados.

Boyd Rayward e George Miller, ambos docentes na área das ciências da informação no Reino Unido e Estados Unidos da América alegam que se o objectivo futuro passar pela gestão adequada das fontes electrónicas de informação, as diferenças entre bibliotecas, arquivos e museus tendem a desaparecer e as suas filosofias, técnicas e funções terão de ser integradas⁴². O impacte da tecnologia electrónica nas funções tradicionais destas instituições é assim relevante.

Às parcelas de colecções museológicas em versão de leitura/impressão, nomeadamente sob a forma de microfilme, não lhes é atribuído o tradicional valor que se associa aos artefactos, sendo os seus conteúdos eventualmente agregados aos de uma biblioteca ou arquivo, servindo os objectivos de pesquisa destas instituições.

Por sua vez os arquivos são compostos por registos que as organizações produzem durante a normal execução das suas funções. Dada a natureza diversificada das organizações produtoras encontram-se frequentemente em arquivos, ao nível municipal, livros ou artefactos que à partida julgar-se-ia estarem à guarda de

⁴¹ IMPROVEMENT AND DEVELOPMENT AGENCY – **Improving Strategic Commissioning in the Culture and Sport Sector**. [Em linha] (s.d.). [Consult. 02 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.idea.gov.uk/idk/aio/19049963>>.

⁴² RAYWARD, Boyd; MILLER, George – **Electronic Information and the Functional Integration of Libraries. History and Electronic Artefacts**. [Em linha] (1998). 207-226. [Consult. 02 Março. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/museumslibs.html>>.

bibliotecas ou museus, existentes como parte dos registos documentais que lhes estão associados.

Tendo em conta que a diferença funcional entre museus e arquivos não reflecte as necessidades individuais de investigação (que terá como alvo ambos documentos e artefactos), o utilizador pesquisa registos de informação electrónica de ambas as áreas.

Face ao exposto, observa-se que os processos de digitalização minimizam as diferenças existentes entre estas duas áreas, factor que facilita a gestão dos sistemas onde todas as tipologias de informação existentes são armazenadas.

Os benefícios de tal parceria são assim diversos, destacando-se a redução de custos associados à aquisição de material informático e capacidade de memória virtual para gestão dos seus documentos electrónicos, para além da poupança na gestão integrada de custos energéticos.

Também a eficiência é incrementada, gerando uma redução do tempo de pesquisa, dada a concentração da mesma numa plataforma única. Esta partilha facilita igualmente a validação da veracidade dos factos estudados e relatados quer nos documentos, quer os inerentes à produção de artefactos, garantindo uma acção profissional mais conscienciosa⁴³.

O processo de selecção de documentos e espécies a serem digitalizados, deve ser baseado numa reflexão que terá que recorrer ao intercâmbio entre ambas as instituições e ter em conta as seguintes variáveis⁴⁴:

- 1 - Missão e objectivos da instituição;
- 2 - Capacidade financeira;
- 3 – Públicos – alvo;
- 4 - Tempo de acesso à informação;
- 5 – Armazenamento e/ou difusão;

⁴³ THE NATIONAL ARCHIVES - An Overview of the Benefits of Ensuring Digital Continuity - draft for review. [S.l.]: The National Archives, 2009.

⁴⁴ UNIVERSIDAD DE CORNELL - Llevando la Teoría a la Práctica: Tutorial de Digitalización de Imágenes. [S.l.]: Universidad de Cornell, [S.d.].

- 6 – Qualidade das imagens;
- 7 – Necessidade de meta informação;
- 8 – Raridade ou valor estético dos documentos;
- 9 – Estado de conservação dos documentos;
- 10 – Custos, de armazenamento nos suportes originais ou de armazenamento nos suportes digitais;
- 11 – Custos do acesso e da difusão;
- 12 – Custos da preservação dos objectos digitais;
- 13 – Custos da actualização de hardware e software;
- 14 – Direitos de autor e legislação aplicável.

Garantindo uma melhor salvaguarda e continuidade no acesso à informação para o futuro, é certo que o potencial utilizador tem a expectativa de ter acesso à informação de que necessita on-line, todos os dias da semana, um serviço com custos elevados que numa acção conjunta serão mais fáceis de suportar.

C) DIVULGAÇÃO DE COLECÇÕES E ACERVOS

A organização de exposições é naturalmente importantíssima para a actividade regular dos museus, dada a possibilidade de exhibir os seus melhores artefactos, muitos ainda desconhecidos do público, devendo ser planeada e executada de forma cautelosa e consciente.

As organizações de exposições cujo conteúdo seja parte integrante do museu são mais simples e menos dispendiosa, para além de mais simples de coordenar.

Dado o orçamento limitado para a organização de tal tarefa, a busca de documentos, livros ou até mesmo artefactos que estejam à guarda de um arquivo municipal (como é o caso já aqui observado das garrafas que existem associadas à colecção Almerjão) constitui uma forma inovadora de fazer face à actual conjuntura financeira.

Cabendo ao curador a definição do conceito de uma exposição, bem como a sua organização espacial, este fornece ao *registrar* uma listagem das obras ou objectos necessários à realização de uma exposição, cabendo a este a verificação da existência dos mesmos ou não no acervo do museu.

Importa assim, dar a conhecer aos *registrars* e curadores todos os acervos existentes no arquivo, para que conheçam as alternativas de que poderão dispor a baixo custo, evitando assim o pedido de empréstimo a outros museus e avultados custos de transporte e seguro.

Para que tal cooperação funcione da forma correcta, toda a informação sobre a exposição deve ser partilhada, através de um ficheiro electrónico, e conter os seguintes itens⁴⁵:

- Orçamento;
- Listagem de todos os objectos a contemplar;
- Informação sobre a conservação dos mesmos;
- Notas ou comentários necessários à sua correcta instalação;
- Empréstimos e cedências efectuadas;
- Informação sobre transporte e seguro de obras, caso se verifique;
- Listagem do equipamento necessário à organização da exposição;
- Indicações de codificação a utilizar na catalogação dos artefactos;
- Criação de um calendário de inspecções periódicas a efectuar à exposição após a sua instalação.

Outro dos instrumentos que permite a arquivos e museus dar a conhecer o potencial das suas colecções consiste na colocação on-line de imagens no portal oficial da edilidade. Tendo em conta os preceitos e tendências actuais já apresentadas no subcapítulo referente à informação digital, tal acção facilita o acesso dos cidadãos à cultura.

É certo que a aposta na divulgação via internet comporta custos adicionais para estas instituições, ainda assim a sua utilização como veículo promocional é bem mais acessível financeiramente do que a posta na divulgação em meios de comunicação tradicionais, como a rádio ou a televisão.

Por outro lado sabe-se hoje que a internet desempenha um papel relevante na ocupação dos tempos livres, sendo utilizada inclusivamente para a pesquisa de matérias relacionadas com a arte e cultura⁴⁶.

Esta difusão pode ser igualmente promovida através de palestras, filmes, documentários ou folhetos publicitários, semelhantes aos que já existem para os edifícios históricos dos municípios, mas que incluam igualmente o património arquivístico da região, difundindo correctamente todo o património municipal e permitindo uma divisão de custos entre ambos os sectores da edilidade.

⁴⁵ AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS: The New Museum Registration Methods. Washington: American Association of Museums, 1998. ISBN 0-931201-31-4.

⁴⁶ MTM LONDON - Digital audiences: engagement with arts and culture online. [Em linha]. Londres: 2010. [Consult. 02 Abril. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.artscouncil.org.uk/publication_archive/digital-audiences-engagement-arts-and-culture-online/>.

A difusão editorial é também uma prática corrente que deve ser desenvolvida, com a publicação de catálogos informativos e edições comemorativas, que não só enriquecem a produção literária do município, mas também auxiliam a divulgação das riquezas culturais municipais.

Exemplo desta acção foi a organização de uma exposição de nome "O Passado Nunca Passa", que decorreu em 2010 no Espaço Memória dos Exílios, no Estoril. Esta exposição retratava o concelho de Cascais desde o final do século XIX até à actualidade através de uma colecção de postais ilustrados de José Santos Fernandes.

Ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM), José Santos Fernandes depositou em suporte digital, no Arquivo Histórico Municipal, postais ilustrados, brochuras, programas, cartões, circulares e recibos, possibilitando a sua apresentação ao grande público.

Esta exposição foi ainda acompanhada pela apresentação do catálogo correspondente, que reúne os documentos apresentados na exposição, com 430 páginas a cores, uma publicação que se encontra à venda na Livraria Municipal de Cascais, a par de muitas outras obras de requinte, que dignificam a história e a memória desta região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta era de globalização, a manutenção das raízes e a identificação com uma identidade local torna-se fulcral para o bem-estar dos indivíduos.

A insegurança social crescente gera um reforço das estruturas locais, constituindo uma oportunidade de relevo para difusão de arquivos e museus municipais.

A relação institucional entre estas áreas é evidente, constituindo ambas parte de um conceito mais amplo de bem cultural e parte da Ciência da Informação.

As suas funções complementam-se assim, garantindo a manutenção da memória comunitária. Em suma:

Museus	Arquivos
Âncoras turísticas;	Fontes relevantes para a formação da identidade;

Expressões do passado comunitário;

Tem sob a sua guarda informação de apoio à actividade museológica e etnográfica;

Elementos essenciais à formação da identidade individual e grupal;

Fonte cada vez mais importante para a realização de artigos na imprensa nacional.



- **Ambas entidades tomam parte activa nas comunidades onde se inserem;**
- **A sua actividade beneficia tanto munícipes quanto visitantes;**
- **Auxiliam os processos de coesão social;**
- **Propiciam uma forma de educação menos formal, mas igualmente fulcral;**
- **O investimento em infra-estruturas históricas e no seu conteúdo torna os locais substancialmente mais atractivos.**

Fonte: produção própria

Infelizmente os núcleos museológicos são vistos como bens culturais por excelência, e os arquivos ainda são observados, na grande maioria dos casos, como meros depósitos de documentos, incapazes de mostrar ao público a sua ampla riqueza, tão vasta e muitas vezes superior à de inúmeros museus.

A repartição de recursos é fundamental e positiva, na medida em que a típica distribuição tanto de objectos como de documentos por múltiplas instituições e departamentos apresenta-se como uma realidade constante e a integração de registos permitirá uma melhor consciência do que cada instituição detêm. A situação agrava-se ainda mais nos municípios cuja estrutura departamental coloca os serviços de arquivo e museu sob diferentes alçadas.

Das áreas de possível cooperação procurou-se elaborar uma recomendação descritiva de todas as actividades onde é viável a implementação de uma estratégia de parceria, cujas vantagens ultrapassam o controlo de custos, mas incidem igualmente sobre a própria eficiência das instituições, controlo de espólios e divulgação de serviços e

exposições aos munícipes. As vantagens da existência de serviços locais de excelência excedem os limites do próprio município, sendo interpretados pelo comum cidadão como autênticos benefícios nacionais.

Também os exemplos internacionais apresentados demonstram como, numa época de cortes orçamentais e dificuldades laborais, os constrangimentos financeiros podem ser contornados com uma maior ligação entre ambas as áreas e uma maior partilha de recursos e conhecimentos.

Das verdadeiras fusões a pequenas remodelações, os partenariados podem assumir diferentes expressões e dimensões, mas ainda assim ser exequíveis e eficientes, desde que devidamente planeados e adaptados às suas necessidades e contexto.

Das temáticas abordadas, foi dado maior relevo à área de inventariação e catalogação, por se considerar uma actividade de base e um passo essencial para a formação de qualquer parceria deste tipo. Pelo estudo de guias de boas práticas e normas internacionais foi possível construir uma listagem de campos comuns para a descrição quer de documentos, quer de objectos, demonstrando como esta actividade é perfeitamente executável de forma partilhada.

Por fim e tendo em conta a abordagem actual da informação como unidade, gerida de forma sistemática, importa reflectir sobre a capacidade dos vários municípios nacionais de serem sensibilizados sobre esta matéria, ainda que se verifique que existe ainda uma reduzida fundamentação teórica deste tema, que dificultou a elaboração das propostas apresentadas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS: The New Museum Registration Methods. Washington: American Association of Museums, 1998. ISBN 0-931201-31-4.

ATKINSON, Ross - Selection for Preservation: A materialistic Approach. Library Resources and Technical Services. Vol 30, nº 4 (1986), p. 341 - 353.

AVISO n.º 22499/09 “D.R. II Série”, 241 (09-12-15).

BOYD, Rayward; MILLER, George – Electronic Information and the Functional Integration of Libraries, Museums and Archives. History and Electronic Artefacts [Em linha]. 207-226. [Consult. 28 Jan. 2011]. Disponível na Internet:<URL <http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/museumslibs.html>>.

BUCKLAND, Michael – Information as a Thing. Journal of the American Society of Information Science [Em linha]. 42:5 (1991): 351-360.[Consult.20 Abril. 2011]. Disponível em WWW: <url: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>.

CALIMERA – Calimera Guidelines: Cultural Identity and Cohesion. [Em linha] (s.d.). [Consult. 23 Maio. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.calimera.org/Lists/Guidelines/Cultural_identity_and_cohesion.htm>.

CASCAIS. Câmara Municipal: Guia do Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1993.

CASTELLS, Manuel – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 2 Vol. ISBN 972-31-0984-0.

CASTELLS, Manuel – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A sociedade em rede**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 1 Vol. ISBN 972-31-0984-0

CASTELLS, Manuel – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Fim do Milénio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 3 Vol. ISBN 972-31-0984-0

CHARTIER, Roger – **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988. ISBN 972-29-0584-8.

CHORÃO, João, dir. lit. - **Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. 9 Vol. ISBN: 972-22-1942.

COLLECTIONS TRUST - Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums: The UK Museum Documentation Standard. Cambridge: Collections Trust, 2009. Disponível na Internet: <URL: <http://www.collectionstrust.org.uk/collectionstrust/assets/File/spectrum-3-2.pdf>

CONVENÇÃO para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Haia: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 1954.

CONVENÇÃO para a Unificação do Direito Privado sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados. Roma: Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), 1995;

CONVENÇÃO relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 1970.

CONVENÇÃO sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 1972.

CREATIVE AND CULTURAL SKILLS - The Cultural Heritage Blueprint. [s.l.]: Creative and Cultural Skills, 2008. Disponível em WWW: <URL: http://www.mla.gov.uk/what/raising_standards/~media/Files/pdf/2008/cultural_heritage_blueprint>.

CUCHE, Denys – **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. ISBN 85-86259-59-4.

DECLARAÇÃO Universal sobre a Diversidade Cultural.[S.l.]: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 2001.

DECRETO - LEI nº19/2006 “D.R.I Série”. 137 (06-06-18).

DECRETO-LEI nº 139/2009 “D.R.I Série”. 113 (09-06-15).

DECRETO Regulamentar nº 35/2007 “D.R.I Série”. 63 (07-03-29)

DELIBERAÇÃO nº 2494/2010. “DR II Série”, 253 (2010/12/31).

DIRECTIVA 93/7/CEE do Conselho (93-03-15).

ELIAS, Norbert – **A Sociedade dos Indivíduos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. ISBN 972-20 – 1087 – 5.

ERMERT, Axel; SCHWEIBENZ, Werner – Cultural differences between libraries, archives and museums?Experiences from BAM, the joint portal for libraries, archives and museums in Germany. World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council. [Em linha] (2009). [Consult. 10 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/hq/papers/ifla75/192-ermert-en.pdf>>

FALETAR, Sanjica; BOSANCIC, Boris – Can archivists, librarians, museologists and IT specialists join hands to do a better job: World Library and Information Congress - 71th IFLA General Conference and Council. Oslo, 2005. [Em linha]. 28 Maio 2011. [Consult. 28 Maio. 2011]. Disponível em WWW:<URL [http:// ifla.org](http://ifla.org)>.

FOUCAULT, Michel – **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Lavraria Martins Fontes Editora, 1981.

GIDDENS, Anthony – **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ISBN: 972-31-0887-9.

GOMES, Rui; PINHEIRO, João - **Associativismo cultural em Cascais**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005. ISBN: 972-8488-30-0.

HALBWACHS, Maurice – **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990. ISBN 85-7115-038-9.

HALL, Stuart – **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. ISBN 85-7490-293-4.

IMPROVEMENT AND DEVELOPMENT AGENCY – **Improving Strategic Commissioning in the Culture and Sport Sector**. [Em linha] (s.d.). [Consult. 02 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.idea.gov.uk/idk/aio/19049963>>.

LAROUSSE – **Grand Larousse**. Paris: Librairie Larousse, 1987. ISBN:2-03-101332-7. 2 Vol.

LE GOFF, Jacques - **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

MAUSS, Marcel – **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. ISBN 978-85-7503-229-9.

MCLEAN, George – **Cultural Identity, Pluralism and Globalization**. Washington: The Council for Research in Values and Philosophy, 2005. 1.

MTM LONDON - Digital audiences: engagement with arts and culture online. [Em linha]. Londres: 2010. [Consult. 02 Abril. 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.artscouncil.org.uk/publication_archive/digital-audiences-engagement-arts-and-culture-online/>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL: Archives for the 21st Century in action. [S.l.]: Museums, Libraries and Archives Council, 2010. Disponível na Internet: [URL:http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/archives-for-the-21st-century-in-action.pdf](http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/archives-for-the-21st-century-in-action.pdf)>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES - Assessment of the contribution of museums, libraries and archives to the visitor economy. Winchester: [s.d.].

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - Case Studies – Whitechapel Archive Refurbishment. [Em linha]. (s.d.) [Consult. 20 Abril. 2011]. Disponível na Internet:<URL <http://research.mla.gov.uk/case-studies/display-case-study.php?prnt=1&prjid=363>>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - Case Studies – Wigan Leisure and Culture Trust. [Em linha]. (s.d.) [Consult. 09 Maio. 2011]. Disponível na Internet:<URL <http://research.mla.gov.uk/case-studies/display-case-study.php?prnt=1&prjid=258>>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL: Museums, Libraries and Archives Corporate Plan 2008 to 2011. [S.l.]: Museums, Libraries and Archives Council, 2008. Disponível na Internet: <URL: http://www.mla.gov.uk/about/~media/Files/pdf/2008/corporate_plan_2008>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL: MLA Workforce Development Statement. [S.l.]: Museums, Libraries and Archives Council, 2009. Disponível na Internet:<URL: <http://www.lluk.org/2010/11/lais-workforce-development-projects/>>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL: Sharper Investment for Changing Times – Getting more out of museums, libraries and archives. [S.l.]: Museums, Libraries and Archives Council, 2010. ISBN 978 1 905867 36 3.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - The opportunity of devolved governance for museums, libraries and archives. [Em linha] (2010). [Consult. 02 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://www.mla.gov.uk/what/strategies/~media/Files/pdf/2010/programmes/The_opportunity_of_devolution_for_museums_libraries_and_archives>.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL – The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements. [Em linha]. (2009).[Consult.02 Maio. 2011]. Disponível em WWW:<url: <http://research.mla.gov.uk/evidence/view-publication.php?dm=nrm&pubid=956>>.

NEVES, José; SANTOS, Jorge – **Os museus municipais de Cascais**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005. ISBN 972-8488-34-3.

PORTARIA nº 196/2010 “D.R.II Série”. 52 (10.03-16).

PRYTHERCH, Ray - **Harrod’s Librarians’ Glossary**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2005, p222.

RAYWARD, Boyd; MILLER, George – Electronic Information and the Functional Integration of Libraries. History and Electronic Artefacts. [Em linha] (1998). 207-226. [Consult. 02 Março. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/museumslibs.html>>.

REGULAMENTO 116/2009 do Conselho (08-12-18).

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN: 972-20-1428-5.

SILVA, Armando Malheiro da (et al) – **Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1998. ISBN: 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro da - **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - Das “ciências” documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

THE NATIONAL ARCHIVES - An Overview of the Benefits of Ensuring Digital Continuity - draft for review. [S.l.]: The National Archives, 2009.

THE NATIONAL ARCHIVES - Collections Development Policies for Archives: Disponível em WWW: <URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CBsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nationalarchives.gov.uk%2Fdocuments%2Finformation-management%2Fdraft-collections-development-policy-guidance.doc&rct=j&q=The%20National%20Archives%20-%20Collections%20development%20policies%20for%20archives&ei=rThUTpvZC8WzhAfh-q2WBg&usg=AFQjCNE4q2jbTDSluYfKWZn7DpvDatkY-A>>.

UNIVERSIDAD DE CORNELL - Llevando la Teoria a la Práctica: Tutorial de Digitalización de Imágenes. [S.l.]: Universidad de Cornell, [S.d.].

ANEXOS

Anexo 1 – Fichas para inventário arquivístico e museológico de Cascais

5	<p>Código de Referência: <i>PT/CMC-AHMC/AESP/CALM/A/157 - GV - 154</i></p> <p>Título: Cartaz da exposição Vinho de Carcavelos, no Museu Condes de Castro Guimarães, patente entre Março e Abril de 1989</p> <p>Data de Produção Inicial: 1989</p> <p>Data de Produção Final:</p> <p>Data(s) de Produção</p> <p>Descritiva:</p> <p>Nível de Descrição: Documento simples</p> <p>Extensão/Dimensão: 1 f.; 550 x 398 mm</p> <p>Suporte: Papel</p> <p>Escala:</p> <p>Legenda:</p> <p>Nome do Produtor e História</p> <p>Administrativa/Biográfica:</p> <p>Menções de Responsabilidade:</p> <p>História Custodial e Arquivística:</p> <p>Fonte Imediata de Aquisição ou Transferência:</p> <p>Âmbito e Conteúdo:</p> <p>Condições de Acesso:</p> <p>Condições de Reprodução:</p> <p>Idioma/Escreita: Português</p> <p>Características Físicas e Requisitos Técnicos:</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Auxiliares de Pesquisa:</p> <p>Cota Original: 53</p> <p>Cota Antiga: 1812</p> <p>Existência e Localização de Originais:</p> <p>Unidades de Descrição Relacionadas:</p> <p>Nota de Publicação:</p> <p>Fontes e Bibliografia:</p> <p>Concelho:</p> <p>Freguesia:</p> <p>Localidade:</p> <p>Local:</p> <p>Descritores:</p> <p>Notas: Data de Produção Inicial inferida</p> <p>Notas do(s) Arquivista(s):</p> <p>Regras ou Convenções:</p>
	<p>Notas de Descrição: Intervenção: Criado por Nome do Arquivista: TFM Data: 2009-04-24</p> <p>Localização:</p> <p>Conteúdo Digital:</p>

Nº inventário CRS-PIN-002

Designação Quadro

Título sem título

Descrição Paisagem gelada, com muitas figuras em primeiro plano. À esquerda, uma figura de costas, parada e apoiada numa bengala, logo a seguir um homem sentado, de chapéu, duas figuras a andar, um cão a saltar entre pedras, um homem a conduzir um cavalo, uma mulher e uma criança que parece empurrar um objecto, e um grupo de figuras à direita. Ao fundo, distingue-se a silhueta de outras figuras em movimento e, do lado esquerdo, ergue-se um moinho. À direita, algumas casas e um pano preso nos ramos das árvores, em jeito de tenda.



Informação específica

Classificações

Classificação

Justificação

Categorial\Artes plásticas e decorativas\pintura

Estados

Estado	Parte descrita	Descrição	Cond. especiais	Data estado	Data revisão
Bom		Sujidade Oxidação de verniz Pequenas lacunas		2006-07-14	2007-07-06

Notas: Tratamento a efectuar: Facing Consolidação Limpeza da camada pictórica verniz Dammar Preenchimento de pequenas lacunas Verniz final Limpeza e preenchimento de lacunas da moldura - aplicação de Goma-Laca (Relatório Mónica Gonçalves, 24-02-2006)

Incorporações

Tipo incorp.	Local	Ant.Proprietário	Intermediário	Data incorp.	Data textual
Herança		Irene Quilhó dos Santos		2004-05-19	

Inscrições

Tipo inscrição	Autor	Texto	Grafia	Técnica	Posição	Idioma	Tradução	Data
Indeterminada		2C			Verso; centro superior			

Notas: Escrito à mão, a lápis, na vertical.

Indeterminada N: 79 Verso; centro superior

Notas: Etiqueta autocolante muito degradada.

Inventariantes

Inventariante	Data
Rosário Carvalho	2007-07-06

Localizações

Tipo localiz.	Local habitual	Data localização	Localização
Interna\CRS\r-c\sala	Sim	2006-07-14	

Materiais

Tipo material	Cor	Parte descrita
---------------	-----	----------------

Orgânico\vegetal\madeira

Suporte

Medidas			
Tipo medida	Valor	Uni. medida	Parte descrita
Altura	53,10	cm	Com moldura
Largura	63,10	cm	Com moldura
Altura	33,20	cm	Sem moldura
Largura	43,30	cm	Sem moldura

Numerações		
Número	Tipo numera.	Data numeração
2004-0235	Outros inventários\CRS (antigo)	08.07.31

Técnicas		
Técnica	Parte descrita	Justificação
Aplicadas\pintura\óleo\sobre madeira		

Fichas relacionadas				
Tipo de ficha	Dados da ficha	Inf. específica	Dados inf. específica	Tipo relação
Ficheiros	235_02 W:\CMC\INPATRIMONIUM\CRS\Inventário\Objectos\pintura\235_02.jpg			
Ficheiros	235_03 W:\CMC\INPATRIMONIUM\CRS\Inventário\Objectos\pintura\235_03.jpg			
Ficheiros	235_01 W:\CMC\INPATRIMONIUM\CRS\Inventário\Objectos\pintura\235_01.jpg			

Anexo 2 – Ficha de entrada tipo a utilizar numa unidade museológica, veiculada pela American Association of Museums.

THE SAMPLER MUSEUM		
123 Any Street, Any Town, USA 00000		
Telephone 000-000-0000 FAX 000-000-0001		
OUTGOING RECEIPT		
The objects described below, or on the attached pages, have been sent by The Sampler Museum and are subject to the terms and conditions set forth.		
RELEASED TO:		
Name:		
Street address:		
City, state, zip code:		
Telephone number:		FAX number:
For the purpose of:		
Date shipped:		Shipped via:
Return date:		Insured by:
Museum Reference Number	Description	Insurance value
Released by:		
Signature for The Sampler Museum		Date
Name and title (please print)		
Received by:		
Signature of person receiving objects		Date
Name and title (please print)		
Please sign, date and return white original to The Sampler Museum Registrar. The copy is for your files.		
CONDITIONS UNDER WHICH OBJECTS ARE RELEASED		
For objects returned by The Sampler Museum ("Museum") to the owner, this receipt must be signed and returned to the Museum within 30 days of shipment; otherwise the Museum will accept no further liability in connection with said property.		
Objects released as loans by the Museum for exhibition, study, restoration, photography, reproduction, examination, or other purposes shall be given all due care and protection from damage or loss, including insurance if requested, while in the custody of the borrower. Objects must be returned by the date specified on the face of this form, unless an extension of the loan period has been requested by the borrower and approved in writing by the Museum.		
In the event of any damage to or loss of the objects, the Museum is to be notified immediately, followed by a written report including photographs. If damage or loss occurs in transit, also notify the carrier immediately and save all packing materials for inspection.		

Outgoing receipt.

Anexo 3 – Conteúdos do Sistema INCONCLASS

Divisões Principais:

0 Abstracta, Arte não-figurativa

1 Religião e Magia

2 Natureza

3 Ser Humano,

4 Sociedade, Civilização, Cultura

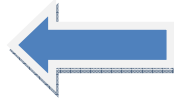
5 Ideias e Conceitos Abstractos

6 História

7 Bíblia

8 Literatura

9 História Antiga e Mitologia Clássica



Sub-divisões:

21 Os quatro elementos e o quinto elemento

22 Fenómenos naturais

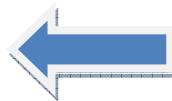
23 Tempo

24 O Céu (corpos celestes)

25 Terra, mundo enquanto corpo celeste

26 Fenómenos meteorológicos

29 Surreal, representações surrealistas



25A Mapas, Atlas

25B Continentes representados alegoricamente

25C Fenómenos geológicos

(...)

25F Animais

25G Plantas; Vegetação

25H Paisagens

(...)



25F1 Grupos de animais

25F2 Mamíferos

25F3 Aves

25F4 Repteis

25F5 Anfíbios

25F6 Peixes

Anexo 4 – Glossário de Interpretação

Glossário:

AHMC= Arquivo Histórico Municipal de Cascais

CDMM= Centro Documentação Museus Municipais

CRS= Casa Reynaldo dos Santos

MMP = Museu da Musica Portuguesa

IQS = Irene Quilhó dos Santos

AESP = Arquivos Especiais

APSS = Arquivos Pessoais

AFML = Arquivos Familiares

AECL = Arquivos Eclesiásticos

AEMP = Arquivos Empresariais

AASS = Arquivos Associativos

AACD = Arquivos da Administração Central Desconcentrada

IMC = Arquivo Intermédio Municipal de Cascais

AADL = Arquivos da Administração Local

AFTG = Arquivos Fotográficos

S = Sala

A = Reservas

PIN = Pintura

P = Processo

GV = Gaveta